

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/02/2021	



Compras até domingo (28) concorrem no sorteio de março da Nota Premiada

24 fevereiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

O prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia se encerra neste domingo (28). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 18. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores.

Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no [site](#). Recém-chegado ou não, para concorrer, o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 588 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.314 pessoas, das quais 835 moram na capital, 478 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para essas entidades e, até março, irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Compras realizadas até domingo vão concorrer o sorteio de março da Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia** se encerra neste domingo (28). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 18. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores.

Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no site. Recém-chegado ou não, para concorrer, o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O

próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 588 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.314 pessoas, das quais 835 moram na capital, 478 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para essas entidades e, até março, irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras até domingo (28) concorrem no sorteio de março da Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia** se encerra neste domingo (28). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 18. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores.

Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no site. Recém-chegado ou não, para concorrer, o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O

próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 588 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.314 pessoas, das quais 835 moram na capital, 478 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para essas entidades e, até março, irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/02/2021	



Hospital Metropolitano será a maior unidade PPP na área de saúde do Brasil

24 fevereiro 2021



O Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas, será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Com o leilão previsto para março na Bolsa de Valores (B3), ele iniciará as atividades com 265 leitos e após a ampliação pelo ente privado, chegará a 330, superando o Hospital do Subúrbio.

A unidade vem atraindo a atenção de instituições renomadas no país para a gestão. “Podemos perceber que o Metropolitano é um hospital que tem uma construção com áreas bem estruturadas. Já temos expertise em trabalhar com alta complexidade e percebemos que temos diversos pontos que podemos explorar e trabalhar em conjunto”, afirmou, Eduardo Zlotnik, vice-presidente do Hospital Israelita Albert Einstein.

Entre obras e equipamentos, a unidade recebeu investimentos superiores a R\$ 173 milhões. O hospital é de grande porte, com 27.900 metros quadrados de área construída e seis pavimentos. A unidade será referência para casos de urgência e emergência, trauma (particularmente o trauma raquimedular), acidente vascular cerebral (AVC), neurologia, medicina nuclear e contará com dez salas de cirurgia.

Um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade em cardiologia e neurovascular, com uma Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia.

Representantes de qualquer outra instituição que tenha interesse em conhecer o Hospital Metropolitano a fim de participar do processo de escolha do parceiro privado poderá fazer a visita guiada na unidade.

Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Bocão News	
Data: 24/02/2021	



Leilão da administração do Hospital Metropolitano na Bolsa de Valores está previsto para março



24 de Fevereiro de 2021 às 20:26

Por: Divulgação/Sesab

Por: Redação BNews

O Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas, será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Com leilão previsto para março na Bolsa de Valores (B3), ele iniciará as atividades com 265 leitos e, após a ampliação pelo ente privado, chegará a 330, superando o Hospital do Subúrbio.

A unidade vem atraindo a atenção de instituições renomadas no país para a gestão. “Podemos perceber que o Metropolitano é um hospital que tem uma construção com áreas bem estruturadas. Já temos expertise em trabalhar com alta complexidade e percebemos que temos diversos pontos que podemos explorar e trabalhar em conjunto”, afirmou, Eduardo Zlotnik, vice-presidente do Hospital Israelita Albert Einstein.

Entre obras e equipamentos, a unidade recebeu investimentos superiores a R\$ 173 milhões. O hospital é de grande porte, com 27.900 metros quadrados de área construída e seis pavimentos. A unidade será referência para casos de urgência e emergência, trauma (particularmente o trauma raquimedular), acidente vascular cerebral (AVC), neurologia, medicina nuclear e contará com dez salas de cirurgia.

Um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade em cardiologia e neurovascular, com uma Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia.

Representantes de qualquer outra instituição que tenham interesse em conhecer o Hospital Metropolitano a fim de participar do processo de escolha do parceiro privado poderá fazer a visita guiada na unidade.

ADMINISTRAÇÃO DE HOSPITAL BAIANO SERÁ LEILOADA NA BOLSA DE VALORES



admin 24 Fevereiro, 2021

O Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas, será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Com leilão previsto para março na Bolsa de Valores (B3), ele iniciará as atividades com 265 leitos e, após a ampliação pelo ente privado, chegará a 330, superando o Hospital do Subúrbio.

A unidade vem atraindo a atenção de instituições renomadas no país para a gestão. "Podemos perceber que o Metropolitano é um hospital que tem uma construção com áreas bem estruturadas. Já temos expertise em trabalhar com alta complexidade e percebemos que temos diversos pontos que podemos explorar e trabalhar em conjunto", afirmou, Eduardo Zlotnik, vice-presidente do Hospital Israelita Albert Einstein.

Entre obras e equipamentos, a unidade recebeu investimentos superiores a R\$ 173 milhões. O hospital é de grande porte, com 27.900 metros quadrados de área construída e seis pavimentos. A unidade será referência para casos de urgência e emergência, trauma (particularmente o trauma raquimedular), acidente vascular cerebral (AVC), neurologia, medicina nuclear e contará com dez salas de cirurgia.

Um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade em cardiologia e neurovascular, com uma Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia.

Representantes de qualquer outra instituição que tenham interesse em conhecer o Hospital Metropolitano a fim de participar do processo de escolha do parceiro privado poderá fazer a visita guiada na unidade.

PANDEMIA Total de doses enviadas ao estado se aproxima de um milhão

Bahia recebe a 5ª remessa de vacina contra Covid

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

O governo da Bahia anunciou ontem a chegada de 208,7 mil novas doses de vacinas contra a Covid-19 ao estado. Foram 129,5 mil doses do imunizante de Oxford/AstraZeneca, que chegaram em um voo no final da manhã. Além disso, era prevista para o final da noite a chegada de outras 79,2 mil doses da Coronavac. Esta é a quinta carga de vacinas que chega à Bahia. No total, o estado já recebeu 945,6 mil doses desde o dia 18 de janeiro, data da chegada do primeiro lote.

A equipe da coordenação de imunização do Estado é a responsável por distribuir as doses para as centrais regionais, de onde serão encaminhadas para os municípios. Com o novo lote, será dado prosseguimento à vacinação na Bahia.

Até ontem, o Estado havia aplicado 94% das vacinas referentes à primeira dose e 48% da segunda dose. "Esse quantitativo ainda é pouco expressivo para imunizar os grupos prioritários, mas não desistiremos da luta para fazer a vacina chegar aos baianos", avaliou o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vi-

Seis aeronaves da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador iniciaram imediatamente o transporte das vacinas para cidades

las-Boas, ao comentar a chegada de novas doses.

Seis aeronaves da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador iniciaram ontem o transporte de vacinas. Já nos municípios, a Polícia Militar realizará escoltas para levar as doses até os locais determinados pela Secretaria Estadual de Saúde (Se-sab). Com apoio da Polícia Civil, os pontos de armazenamento contarão com reforço das patrulhas ostensivas e de ações de inteligência.

Foram destinadas para a capital 29.850 doses da vacina de Oxford/AstraZene-



Estado recebeu 129,5 mil doses da vacina da parceria Oxford/Astrazeneca, permitindo retomada da imunização

ca, informou o secretário municipal de Saúde, Leo Prates. "Vamos distribuir e vacinar profissionais de saúde e idosos que ainda não receberam a primeira dose e seguir com o Plano de Imunização de grupos prioritários, buscando inserir os profissionais de educação na fase inicial", anunciou Prates, no Twitter. O secretário acrescentou que os locais, dias e horários para vacinação serão informados em breve.

O Ministério da Saúde informou ontem a distribuição de 3,2 milhões de doses de vacinas para os estados

brasileiros. Foram 2 milhões de doses do imunizante de Oxford/AstraZeneca, importadas da Índia, e 1,2 milhão de doses da Coronavac, produzidas pelo Instituto Butantan.

De acordo com a pasta, a Região Norte receberá 5% do total de doses de vacinas em cada fase de distribuição, devido à situação local da pandemia. "Desse total, 70% [destinam-se] ao Amazonas, 20% ao Pará e 10% Acre, para também atender aos seguintes grupos prioritários: Amazonas: 86.667 pessoas entre 60 e 69 anos; Pará: 24.762 na faixa entre 80 e 84

anos; e Acre, 12.381 pessoas entre 70 e 84 anos", anunciou o ministério.

Doses

A Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) do Ministério da Saúde informou que o novo lote da vacina Coronavac corresponde à entrega de duas doses. Logo, estados e municípios deverão reservar parte para aplicação da segunda dose, no prazo recomendado de duas a quatro semanas.

"Tendo em vista o intervalo entre a Dose 1 e Dose 2 (duas a quatro semanas), e considerando que ainda não há

um fluxo de produção regular da vacina, orienta-se que a D2 fique reservada para garantir que o esquema vacinal seja completado dentro desse período, evitando prejuízo nas ações de vacinação", diz informe técnico da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações.

Já a vacina de Oxford corresponde à entrega da primeira dose. Segundo a pasta, a segunda dose será distribuída em outro momento, devido ao prazo maior do imunizante para aplicação da segunda dose, de 12 semanas.

SAÚDE

Vacinação de idosos volta hoje

Shirley Stolze / Ag. A TARDE/ 02.02.2021

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Salvador vai retomar hoje a vacinação de idosos na faixa etária de 80 anos, em Salvador. A medida foi possível devido à chegada de um novo lote com 29.850 doses à capital baiana, na manhã de ontem. Produzidos pela parceria Oxford/Astrazeneca para prevenção contra o coronavírus, os imunizantes foram encaminhados para armazenamento no Complexo Municipal de Vigilância à Saúde, na Avenida Vasco da Gama.

A vacinação seguirá de forma escalonada. Hoje, as doses serão aplicadas para pessoas a partir de 83 anos. Amanhã será a vez dos idosos com idade igual ou acima de 82 anos.

Na segunda-feira, 1º de março, serão beneficiados os cidadãos com 81 anos ou mais. Em seguida, na terça-feira (2), será a vez dos idosos a partir dos 80 anos.

Locais

Os idosos serão vacinados das 8h às 17h, nos drive-thrus do Parque de Exposições (Paralela), 5ª Centro de Saúde (Barris) e Atacadão Atakarejo de Fazenda Coutos. A imunização também acontecerá nas salas de vacina do 5º Centro, e nas Unidades de Saúde da Família do Resgate, Santa Luzia, Federação, Plataforma e Cajazeiras X. O serviço de imunização domiciliar também será retomado hoje com 200 vagas, preferencialmente para idosos acamados ou com difi-



Além dos pontos de vacinação, idosos acamados podem agendar visita domiciliar

culdade de locomoção. São poderosos fazer a solicitação do serviço domiciliar os idosos que estejam nas faixas etárias contempladas e nos dias determinados para cada idade, através do site: vacinaexpress. saude. salvador.ba.gov.br.

Trabalhadores

Hoje, os trabalhadores de saúde também continuarão sendo contemplados com a segunda dose do imunizante, para completar o esquema vacinal. As vacinas estarão disponí-

veis das 8h às 17h, nos seguintes pontos: USF KM 17 (Itapuã), UBS Péricles Laranjeiras, UBS Castelo Branco, USF Colinas de Periperi, USF San Martin III, CSU Pernambuco e no drive-thru do Centro de Convenções (Boca do Rio).

Desde o início da campanha de vacinação contra a Covid-19 em Salvador, em 19 de janeiro, 117.358 pessoas receberam as primeiras doses, sendo que 86.693 foram trabalhadores de saúde e os demais, idosos com idades acima de 85 anos. Até o mo-

mento, mais de 21 mil pessoas receberam as doses de reforço da vacina contra o coronavírus.

117.358

pessoas receberam a primeira dose do esquema vacinal, desde o início do processo em Salvador, sendo que 86.693 foram trabalhadores de saúde

ESTOQUE

Prefeitura garante que não vai faltar oxigênio

LUANA LISBOA

No que depender da agilidade da gestão municipal, Salvador dificilmente terá a mesma situação de Manaus. Isso porque na terça-feira, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) garantiu um estoque de oxigênio medicinal para, pelo menos, 150 unidades de saúde municipais.

Foi prorrogada a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento do oxigênio, a Messer Gases, para todas as Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família, SAMU e as Unidades de Pronto Atendimento Hélio Machado, Adroaldo Albertaria, Rodrigo Argolo e Orlando Imbassahy. A informação é do Diário Oficial do Município.

Pressão

Segundo o coordenador de urgência e emergência do SAMU, Ivan Prates, a pressão para a estocagem do produto surgiu após a constatação da situação na capital do Amazonas. Lá, em dois dias, morreram 30 pessoas sem oxigênio, segundo documentos obtidos pelo Ministério Público de Contas do Amazonas.

"Um dos tratamentos principais para a Covid é o oferecimento de oxigênio, principalmente quando há uma queda na saturação do paciente e ele precisa ser entubado. Então, a prefeitura fez todo um levantamento, não só incluindo nossas uni-

Contrato foi renovado com uma empresa especializada em fornecimento do oxigênio, a Messer Gases, para todas as unidades de saúde públicas

dades de gestão direta, como também as terceirizadas. E trabalhamos nesse sentido de entender qual seria a demanda, qual seria a capacidade das empresas de fornecerem e se havia um risco, efetivamente, de desabastecimento", elucida o médico.

Consumo

Segundo nota da Secretaria Municipal de Saúde, o consumo de oxigênio medicinal cresceu cerca de 60% durante a pandemia. No entanto, o saldo global do contrato com a empresa fornecedora não foi comprometido. O acordo com a Messer Gases só foi prorrogado, até o dia 23 de março. O valor mensal estimado acordado é de R\$ 30.936,76.

* SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Rede estadual iniciará aulas online

BRUNO BRITO*

Enquanto não há uma perspectiva do retorno presencial das aulas, a rede estadual de ensino irá retornar de forma remota, a partir do dia 15 de março, com aulas e conteúdos disponibilizados online e material físico, para os alunos sem acesso à internet. Os detalhes do planejamento para os anos letivos de 2020 e 2021, que deverão acontecer neste ano, foram apresentados na manhã de ontem, pelo secretário Estadual de Educação, Jerônimo Rodrigues, através de coletiva de imprensa virtual.

De acordo com o secretário, a expectativa é que esse retorno às aulas aconteça em três etapas. Na primeira fase, as aulas acontecerão em modo remoto, enquanto na segunda fase, está previsto o retorno híbrido, com os alunos indo às escolas dois ou três dias por semana. Por fim, a terceira fase, que ainda não tem data para ocorrer, prevê o retorno presencial nas escolas.

“Neste momento são aulas remotas. Aquela estudante que tiver internet, terá material online disponível. Os que não têm acesso, receberão material físico nas

“Os que não têm acesso (à internet), receberão material físico nas escolas”

JERÔNIMO RODRIGUES, secretário

escolas. Iremos fazer um calendário em parceria com as escolas e prefeituras para que todos recebam o material de forma organizada e sem aglomeração. Criamos essa estratégia para contemplar todos os estudantes da Bahia, inclusive os que moram na zona rural e não têm acesso a sinal de telefone ou banda larga”, destacou Rodrigues.

Dessa forma, os estudantes terão acesso a livros didáticos e cadernos de apoio, além de um novo canal da TV Educativa, o Educa Bahia, bem como internet nas escolas, por meio de provedores locais. Já os exercícios de reforço serão realizados via Whatsapp e salas virtuais do Google. Haverá também, o programa Mais Estudo. O secretário sinalizou ain-

da que a intenção é cumprir dois anos letivos em um. Com expectativa de todas as aulas serem concluídas até 29 de dezembro, sendo 700 horas referentes ao ano letivo de 2020, e 800 horas a 2021, distribuídos em 228 dias letivos, em aulas de segunda a sábado.

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO



O secretário Jerônimo Rodrigues anunciou as diretrizes da volta às aulas durante uma coletiva virtual

SERVIÇO

Hemoba altera horários para doações

TÁCIO CALDAS*

A situação crítica em que o estado se encontra deixou em alerta a Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (Hemoba). A preocupação é que o cenário atual da pandemia afete o nível de bolsas de sangue em estoque. Atualmente a Hemoba necessita de mais de 200 bolsas de sangue por dia, mas as doações diárias não estão alcançando nem me-

tade do necessário. Por isso que, com a necessidade de

Até o dia 28 de fevereiro, a sede da Hemoba atenderá das 07h30 às 16h, nos shoppings o atendimento será de 11h às 16h. Tudo isto está sendo feito para que os voluntários não deixem de fazer a doação, que pode salvar até quatro vidas.

um toque de recolher, a instituição ajustou seus horários de atendimento.

Até o dia 28 de fevereiro, a sede da Hemoba atenderá das 07h30 às 16h, nos shoppings o atendimento será de 11h às 16h. Tudo isto está sendo feito para que os voluntários não deixem de fazer a doação, que pode salvar até quatro vidas.

O diretor geral da Hemoba, Fernando Araújo, explica que esses horários foram

pensados para que não haja baixa nas doações, e que todos possam doar sangue sem aglomerações. “Pedimos que os nossos voluntários venham doar sangue mais cedo. Funcionaremos em horários especiais, seguindo com os protocolos sanitários para garantir que tenhamos sangue para quem precisa e segurança para os nossos doadores”, garantiu.

As doações podem ser rea-

lizadas por demanda espontânea, ou seja, o voluntário pode chegar lá e fazer a sua doação na hora, ou por agendamento. Para isto o voluntário pode agendar pelo site da instituição, pelo e-mail horamarcada@hemoba.ba.gov.br ou pelo telefone 71 3116-5643. Essas doações agendadas podem ser individuais ou em grupos.

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

RELIGIÃO

Arquidiocese suspende as celebrações presenciais

GABRIEL GALINDO*

Um decreto publicado pelo governo do Estado suspendeu as atividades e eventos, independentemente do número de participantes, até 28 de fevereiro, incluindo aqueles de cunho religioso. Visto isso, a Arquidiocese, em virtude do combate a pandemia e proteção à vida, optou pelo retorno do modelo online para evitar a ausência de missas no período de quaresma, iniciado na quarta-feira de cinzas (17).

“Diante da gravidade da situação da pandemia, nossa atitude é de responsabilidade pela vida e a saúde. Foi publicado comunicado sobre as atividades pastorais perante as novas medidas estabelecidas. Ao mesmo tempo, a Igreja deve continuar a oferecer a assistência religiosa aos fiéis, pois é necessário cuidar também da saúde espiritual das pessoas. Por isso, são recomendadas as transmissões online de missas a partir das próprias paróquias, especialmente enquanto durarem as restrições”, comentou o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Dom Sergio da Rocha.

As comemorações aos 470 anos de criação da Diocese de São Salvador, previstas para os dias 25 e 27, também foram desmarcadas. “Os fiéis são convidados a permanecer em casa unidos à Igreja em oração, pelos 470 anos de criação da Diocese, aguardando novas datas para os eventos que estavam programados. Quanto às celebrações da Semana Santa é preciso aguardar como estará a situação da pandemia e quais as medidas que estarão em vigor”, reforçou o arcebispo. As informações sobre as medidas de proteção foram publicadas no site oficial da instituição.

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Shigeru Yamaguchi faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 94 anos, natural do Japão.

Antonio Lauro dos Santos Brito faleceu no Hospital Aeroporto, 58 anos, natural de Irajuba-BA.

Marlene Soares Pereira faleceu no Hospital Aeroporto, 75 anos, natural de natal-rn.

Antonio Santos da Silva faleceu no Hospital Santa Izabel, 60 anos, natural de Caculé-BA.

Augusto Sérgio Costa Lopes faleceu no Hospital Português, 78 anos, natural de Amargosa-BA.

Teresa Cristina Kalil

Bomfim faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 57 anos, natural de Salvador-BA.

Eunice de Souza Fortuna faleceu no Hospital Santo Antonio, 73 anos, natural de Governador Mangabeira-BA.

Antonio Angelico de Sousa faleceu no Hospital Português, 98 anos, natural de Santo Antonio de Jesus-BA.

Rosentina Ramos da Silva faleceu no domicílio, 94 anos, natural de Salvador-BA.

Eliel Lobão Campos faleceu no Hospital Municipal de Serrinha, 61 anos, natural de Aracaju-SE.

Alvanil Soares de Souza faleceu no domicílio, 82

anos, natural de Salvador-BA.

Rosentina Ramos da Silva faleceu no domicílio, 94 anos, natural de Salvador-BA.

Lucia Helena Conceição Logrado faleceu no Hospital da Cidade, 55 anos, natural de Brejões-BA.

Maria Betania Bomfim Silva faleceu no domicílio, 72 anos, natural de Miguel Calmon-BA.

CAMPO SANTO

Laercio Dantas Passos faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 78 anos, natural de Ipiáú-BA.

Mario da Silva Filho faleceu na UPA Brotas, 62 anos, natural

de Salvador-BA.

Helio Nascimento Teixeira de Lacerda faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 77 anos, natural de Salvador-BA.

Roberto Rocha Lobo faleceu no Hospital São Rafael, 81 anos, natural de Salvador-BA.

Aroldo Fernando Gusmão faleceu no Hospital Clinicas de Alagoinhas, 60 anos, natural de Itaparica-BA.

Paulo Cesar Nascimento faleceu no domicílio, 65 anos, natural de Saubara-BA.

Ronei Suemar Vaz Pinho faleceu na via pública, 38 anos, natural de Salvador-BA.

Alessandro Elias Pereira faleceu na

residência, 44 anos, natural de Salvador-BA.

Hailton Santos Silva faleceu na UPA de Valeria, 69 anos, natural de Salvador-BA.

Francisco Carlos Miranda de Oliveira faleceu na residência, 64 anos, natural de Salvador-BA.

Gutemberg Silva Santos faleceu no Hospital Aristildes Maltez, 74 anos, natural de Riachão do Jacuípe-BA.

Geraldo do Espirito Santo faleceu no Hospital Aristildes Maltez, 70 anos, natural de Salvador-BA.

JARDIM DA SAUDADE

Leopoldo Leão Bittencourt faleceu no Hospital Português, 96 anos, natural de

Paramirim-BA.

Mary de Aguiar Silva faleceu no Hospital da Bahia, 95 anos, natural de Salvador-BA.

Tarcisio Santos Silva faleceu no Hospital Aliança, 64 anos, natural de Ibicaraí-BA.

Rubens José Portela de Oliveira faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 83 anos, natural de Salvador-BA.

Yolanda Lopes de Paula faleceu no domicílio, 99 anos, natural de Salvador-BA.

Ceres dos Santos Lisboa faleceu no domicílio, 94 anos, natural de Ituberá-BA.

Helena Marcia Bastos Fialho faleceu no Hospital Aliança, 67 anos, natural de Alagoinhas-BA.

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

SALVADOR HOJE 24° 32°

SALVADOR AMANHÃ 24° 31°

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão para a capital baiana é de sol entre nuvens, com chuva de manhã.

1 REMANSO 24° 29°	2 JUAZEIRO 24° 32°	3 PAULO AFONSO 21° 33°	4 FORMOSA DO RIO PRETO 22° 29°	5 IRECE 19° 32°	6 JACOBINA 19° 31°	7 FEIRA DE SANTANA 24° 33°	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES 19° 32°	9 BARREIRAS 21° 34°	10 BOM JESUS DA LAPA 21° 33°	11 VITÓRIA DA CONQUISTA 19° 27°	12 ILHÉUS 26° 29°	13 PORTO SEGURO 22° 29°	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA 21° 33°
HOJE Alta 02h43 2,1m Baixa 08h43 0,3m Alta 14h55 2,1m Baixa 21h01 0,1m	AMANHÃ Alta 03h13 2,2m Baixa 09h11 0,1m Alta 16h12 2,4m Baixa 22h20 0,0m	SÁBADO Alta 04h39 2,3m Baixa 10h34 0,2m Alta 16h55 2,5m Baixa 21h08 0,0m	TEMPERATURAS Brasil Mín. Máx. Brasília 19° 25° Curitiba 19° 26° Natal 24° 29°	Brasil Mín. Máx. J. Pessoa 23° 30° Rio 26° 31° Recife 24° 29°	Mundo Mín. Máx. Bogotá 6° 18° H. Kong 19° 21° Quebec -11° -4°	Mundo Mín. Máx. Barcelona 9° 15° Moscou -12° -10° Luanda 24° 29°							
CRESCENTE ATÉ 26/2	CHEIA 27/2 A 4/3	MINGUANTE 5 A 12/3	NOVA 15 A 20/3	NASCENTE 5h35	POENTE 17h59	SOL	SOL E NUUVENS	SOL E CHUVA	NUBLADO	CHUVA	CHUVA FORTE		

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O presidente e a Petrobras

O problema não foi a demissão do presidente da Petrobras, afinal essa é uma prerrogativa do Presidente da República. O problema não foi a queda de 20% no preço das ações da empresa no dia seguinte, pois na bolsa as ações caem num dia e sobem no outro. O problema foi a forma intempestiva com que o Presidente demitiu o gestor da maior empresa do País, gerando incertezas no mercado, afugentando investidores, fazendo alguns operadores ganharem milhões e deixando no ar a dúvida quanto à manutenção ou não da política de preços da Petrobras. Essa política depende da cotação do dólar e do preço do barril de petróleo. E, embora o governo não controle a última variável, é o responsável pelo câmbio. Quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência, a cotação do dólar estava em R\$ 3,20. Um ano

depois era 30% mais alta e atualmente custa R\$ 5,45. Reduzir a incerteza econômica e a cotação do dólar faria com que os reajustes dos combustíveis fossem menos acentuados. E falar que vai reduzir impostos é conversa pra boi dormir. O governo não pode reduzir impostos sem indicar a fonte que vai cobrir o rombo. Assim, a re-

O problema foi a forma intempestiva com que o presidente demitiu o gestor da maior empresa do País

tirada do imposto federal no diesel e na gasolina por dois meses foi jogo de cena e terá de ser coberto, sob pena do presidente cometer uma pedalada fiscal. E o mesmo se dá com o bolodório sobre a redução do ICMS dos combustíveis com o qual o presidente quer jogar o problema no colo dos governadores. O imposto sobre combustíveis representa cerca de 25% da arrecadação dos estados, uns mais outros menos, e para retirar esse imposto sem uma revolta de governadores será necessário encontrar uma fonte de arrecadação para substituí-la, o que parece impossível num país cujo déficit público explodiu e a dívida interna já representa 100% do PIB. E mesmo que fosse possível reduzir o ICMS dos combustíveis isso não mudaria a essência do problema, pois, embora os preços caíssem num primeiro mo-

mento, eles continuariam sendo reajustados duas, três, ou quantas vezes fossem necessárias de acordo com o preço do barril de petróleo e a cotação do dólar. Sem mexer nisso, não há grito de caminhoneiro ou rompage de presidente que resolva o problema. Eventualmente, poderia ser criado um fundo, uma espécie de amortecedor, para que os reajustes não fossem tão frequentes, mas isso já foi tentado com a famigerada "conta petróleo" e o resultado foi a União subsidiando a Petrobras, o que resulta em pedalada fiscal ou rombo na empresa. Frente a esse cenário, o que Bolsonaro fez foi buscar um culpado e assim dar uma satisfação aos caminhoneiros. É como aquele técnico de futebol que, ao perceber que o time está perdendo, culpa o jogador ao invés de mudar a tática de jogo.

Presidente bipolar

O caso da Petrobras fez muitos economistas aventarem a hipótese do Presidente Bolsonaro ser bipolar. A bipolaridade é um transtorno psicológico que tem uma fase de euforia na qual o ego age de forma agressiva e confiante e subestima os riscos. Confrontado com os erros, vem a remissão, ele se arrepende e tenta conservar. No dia a dia a bipola-

ridade de Bolsonaro é óbvia, mas na economia ela era contida pelo superego, Paulo Guedes, que, infelizmente, se tornou servil ao chefe. Demitir o presidente da Petrobras foi um arroubo bipolar, mas o mercado reagiu e Bolsonaro entrou em remissão. Então foi a pé ao Congresso garantir a privatização da Eletrobrás. Será que haverá novos surtos?

Otto na Comissão de Economia

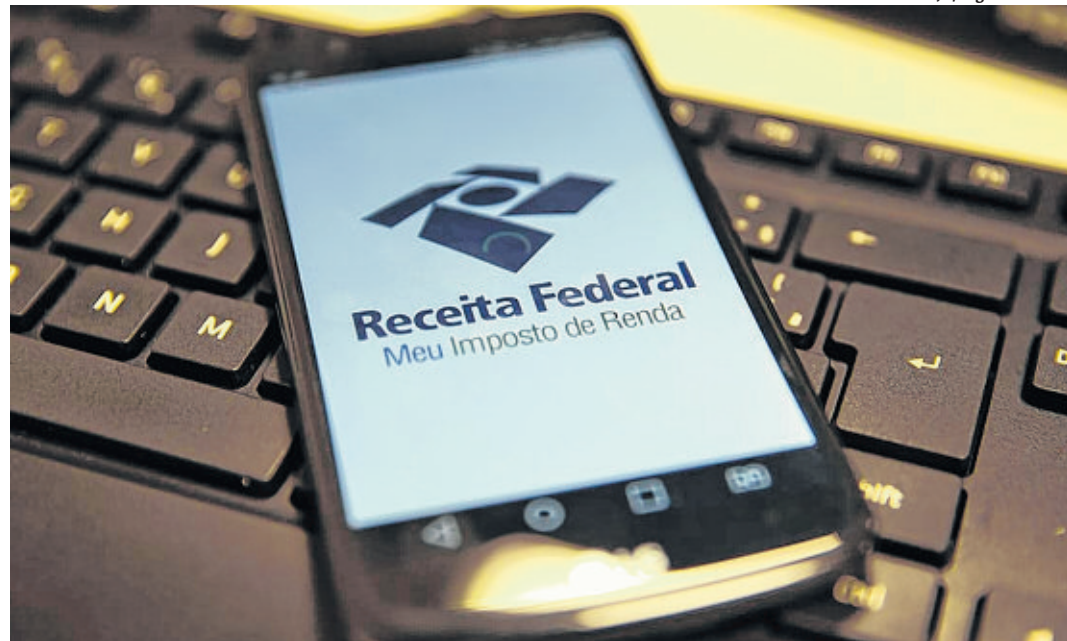
O senador Otto Alencar, presidente do PSD na Bahia, foi eleito por aclamação presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. É o colegiado mais importante da casa, junto com a Comissão de Constituição e Justiça. A CAE discute e dá parecer sobre projetos econômicos e sabatina os dirigentes de instituições econômicas, como o Banco Cen-

tral. Otto tem se destacado pela discussão dos problemas econômicos e já afirmou que não há solução para a economia sem vacinação em massa e se posiciona contra a revogação do gasto mínimo em saúde e educação proposta na PEC Emergencial. E na CAE disse que vai buscar um caminho para carrear recursos para o estado e para os municípios.

LEÃO Neste ano, a expectativa do Fisco é receber entre 31.340.543 e 32.619.749 de declarações

Receita libera hoje programa da declaração do Imposto de Renda

Marcello Casal Jr / Agência Brasil



Programa para a entrega da declaração fica disponível no site da Receita Federal

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil - Brasília

A partir das 8h de hoje, os contribuintes podem baixar o programa de preenchimento e de entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2021. O programa para computador estará disponível na página da Receita Federal na internet.

O prazo de entrega começará na próxima segunda-feira, às 8h, e irá até as 23h50min59s de 30 de abril. Neste ano, o Fisco espera receber entre 31.340.543 e 32.619.749 de declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações.

Pelas estimativas da Receita Federal, 60% das declarações terão restituição de imposto, 21% não terão imposto a pagar nem a restituir e 19% terão imposto a pagar.

Assim como no ano passado, serão pagos cinco lotes de restituição. Os reembolsos serão distribuídos nas seguintes datas: 31 de maio (primeiro lote), 30 de junho (segundo lote), 30 de julho (terceiro lote), 31 de agosto

Prazo de entrega este ano começa em 1º de março e vai até 30 de abril

(quarto lote) e 30 de setembro (quinto lote).

Versão ré-preenchida
Disponível desde 2014 para os contribuintes com certificação digital, a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda será ampliada em 2021. A partir de 25 de março, os contribuintes com login

no Portal de Serviços Públicos do Governo Federal (Portal Gov.br) também passarão a receber o documento preenchido, bastando confirmar as informações antes de entregar para a Receita.

A novidade estará disponível exclusivamente no serviço Meu Imposto de Renda, quando acessado pelo Centro de

Atendimento Virtual da Receita (e-CAC). O contribuinte poderá recuperar as informações no e-CAC, salvar na nuvem e continuar nos outros meios de preenchimento.

O contribuinte com declaração pré-preenchida precisará de autorização para que o sistema recupere as informações dos dependentes. Quem tiver certificado digital pode acessar o serviço "Senhas e Procurações" e cadastrar a procuração dos dependentes no e-CAC. Os contribuintes sem a chave eletrônica poderão fazer o procedimento no site da Receita Federal, no serviço "Procuração para acesso ao e-CAC", mas precisará entregar os documentos dos dependentes na Receita Federal para conferência e aprovação.

Auxílio

Pela primeira vez, o programa preenchedor dedicará espaço para a declaração de criptomonedas e de outros ativos eletrônicos. Quem fez o saque emergencial de até R\$ 1.045 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também precisará informar o recebimento do dinheiro.

No caso do auxílio emergencial, tanto o auxílio cheio, de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras), e do auxílio emergencial extensão, de R\$ 300 (R\$ 600 para mães solteiras), terão de ser declarados por serem considerados rendimentos tributáveis de pessoa jurídica. Quem recebeu mais de R\$ 22.847,76 de rendimentos tributáveis no ano passado e tiver sido contemplado com o auxílio emergencial deverá devolver os valores do benefício.

A SALVO

Faturamento da indústria de alimentos cresce 12,8%

BRUNO BOCCHINI
Agência Brasil, São Paulo

O faturamento da indústria de alimentos atingiu R\$ 789,2 bilhões em 2020, somadas as exportações e as vendas para o mercado interno, resultado 12,8% superior ao registrado no ano de 2019. O montante representa cerca de 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Os dados, divulgados ontem, são da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA).

Já o volume de produção cresceu 1,8% em relação a 2019. O resultado, segundo a entidade, foi puxado pelo aumento das vendas para o varejo, de 16,2%, e das vendas para o mercado externo, de 11,4%. As categorias que mais se destacaram em vendas foram açúcares, com aumento de 58,6%, ante 2019; óleos vegetais, de 21,2%; e carnes, 13%. As maiores quedas ficaram por conta de bebidas (decréscimo de 8,3%) e derivados de trigo (1,9%).

"Atuando com agilidade e adotando com rigor todos os protocolos de segurança, o setor conseguiu aumentar sua produção e não deixou faltar comida na mesa dos brasileiros" destacou o presidente executivo da ABIA, João Dornellas.

Empregos

De acordo com a entidade, em 2020 a indústria de alimentação criou 20 mil novas vagas diretas, aumento de 1,2% em relação a 2019. O setor permanece como o que mais gera empregos na indústria de transformação do país, com 1,68 milhão de empregos diretos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA AZUL
CNPJ N: 14.147.904/0001-59
REPUBLIÇÃO DE ANÚNCIO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2021
O Pregoeiro da PM de Floresta Azul torna público, que realizará em 09.03.2021, às 08:30h no site www.licitacoes-e.com.br de nº. 858832, pregão eletrônico para aquisição parcelada de combustíveis e lubrificantes. O Edital, bem como quaisquer outras informações encontra-se disponível nos sites: www.doem.org.br/ba/florestaazul, www.licitacoes-e.com.br ou junto ao setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal. As demais publicações serão realizadas no Diário Oficial no site: www.doem.org.br/ba/florestaazul. Wagner Barbosa Andrade Leal – Pregoeiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODoviÁRIO DE PASSAGEIROS, CARGAS, FRETAMENTO, TURISMO E PESSOAL DE APOIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.
O Presidente da entidade acima mencionada, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o Estatuto Social e a legislação trabalhista vigente, convoca todos os empregados das empresas: Viagem Rosa Ltda, Alântico Transportes Ltda, Viagem Novo Horizonte Ltda, Alto Viagem Camuripe Ltda, bem como as demais empresas Urbanas, Suburbanas, Zona Rural e demais empregados das empresas de transporte rodoviário de cargas e transportes rodoviários de passageiros, fretamento, turismo e pessoal de apoio a quem este sindicato representa, com data-base no mês de maio, lotados na base territorial da entidade, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia **10 DE MARÇO DE 2021, quarta-feira, na SEDE DO SINDICATO – SINTRAVC, COM ENDEREÇO NA RUA LAUDICEIA GUSMÃO, Nº 586, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, igualmente transmitida pelas redes sociais. 9h30min** no turno matutino em primeira convocação com 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos associados e em segunda convocação às **10h30min** com qualquer número dos associados presentes (respeitando o distanciamento e normais sociais para proteção contra o COVID-19), com discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: a) Discussão e aprovação da pauta de reivindicação da Campanha Salarial, para o ano 2021/2022; b) Autorizar a Diretoria do Sindicato firmar Acordo Coletivo de Trabalho, com as empresas acima mencionadas; instituir arbitragem ao instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho; c) autorizar o desconto da contribuição Assistencial; d) aprovação e nomeação de Diretores substitutos dos cargos em vacância; e) O que ocorrer. Para garantir efetiva publicidade o presente edital é publicado no jornal A TARDE (jornal de grande circulação estadual), bem como, é afixado nos quadros de aviso do Sindicato e das empresas. Vitória da Conquista/BA, 24 de fevereiro de 2021. Alvaro Silva Souza - Presidente Sindical.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
PREGÃO PRESENCIAL 03/21. PA 44/21. Menor preço global. Objeto: aquisição de urnas funerárias com serviço de traslado. Dia 09/03/21 às 10h. Informações: tel. 7532482489, de 8 às 17h. Edital: Diário Oficial do Município e Portal da Transparência ou e-mail: licitacaoecontra.pmc@gmail.com. Coração de Maria/Ba, 25 de fevereiro de 2021. Vanessa Mota Da C. Santos. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE
CREDENCIAMENTO 03/21. PA 46/21. Objeto: credenciamento de farmácias e/ou drogas para fornecimento de medicamentos. Data de abertura prevista no período de 30 dias. Edital: na sede, Rua Almir José de Oliveira, 73, de 8 às 12h, e-mail: licitacao@riachaodojacupe.ba.gov.br, tel. 32642762. Riachão do Jacupe/BA, 25/02/21. Shirlene Soares da Silva. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUIPE
CNPJ N: 13.796.073/0001-83
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUIPE - BA torna público, a quem possa interessar, a realização do Procedimento de CREDENCIAMENTO DE Nº 001/2021 para contratação de pessoas jurídicas privadas, com ou sem fins lucrativos, de assistência à saúde, interessadas em firmar Contrato com o Município de Aratupe, visando à prestação direta de serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde de Aratupe, em especialidades constantes das Tabelas do SIA/SUS editadas pelo Ministério da Saúde e publicadas no Diário Oficial da União - ESPECIFICAMENTE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO - definidas no Edital. PERÍODO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Entre os dias 26/02/2021 e 10/03/2021 (1ª etapa de recebimento) e a partir do dia 11/03/2021 por tempo indeterminado (2ª etapa de recebimento - enquanto o credenciamento estiver vigente), conforme regras dispostas no edital. HORÁRIO DE ENTREGA: DAS 08:30h às 12:00h. Informações como o edital completo poderá ser adquirido no endereço do Paço Municipal ou no endereço eletrônico https://www.aratupe.ba.gov.br/Site/Licitacoes ou solicitado através do e-mail coplearatupe@gmail.com. Telefone (75) 3647-2110/2143 - Vanessa Carla Novais Ribeiro de Oliveira - Presidente da CPL. Aratupe - BA, 24 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
CNPJ N: 13.672.605/0001-70
PREGÃO PRESENCIAL
O pregoeiro oficial do município de Una-BA, torna público o aviso do PP 011/2021, para o Sistema de Registro de Preços, visando a locação de máquinas pesadas para serem utilizadas na manutenção das ações do Programa "Urbaniza 1º" desenvolvido pela Secretaria de Governo, Administração e Planejamento. Data: 09/03/2021 - Horário: 08:30hrs - licitacoes@una.ba.gov.br / www.una.ba.gov.br - tel.: 3236-2021 - Sede da Prefeitura Municipal - Caio César Oliveira Santos - Pregoeiro Municipal

RAUL AGUILAR

O ano de 2021 será um divisor de águas para a União dos Municípios da Bahia (UPB). A grave crise social e econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus trouxe à tona demandas urgentes e inadiáveis para o restabelecimento das contas públicas nos diversos municípios da Bahia.

A repactuação, modificação de alíquota e o refinanciamento das dívidas previdenciárias, a aprovação do aumento de 1% do repasse via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em setembro e o novo Pacto Federativo, considerados sonhos quase utópicos da entidade, se tornaram metas tangíveis de curto prazo.

Um dos mais atuantes defensores do movimento municipalista é o senador Otto Alencar (PSD), que classifica o histórico de luta dos municípios para conseguir independência através do tripé da sustentabilidade.

“A luta dos municípios é para atingir as três autonomias que estão estabelecidas na Constituição: política, administrativa e financeira. É uma luta de muito tempo”, afirmou Otto. “Tem se conseguido algumas conquistas nos últimos anos: o aumento do valor da participação no FPM, além de outras transferências obrigatórias da União para os municípios. Na pandemia tivemos algumas conquistas também, foram feitos repasses substanciais através do projeto de socorro aos estados e municípios”, acrescentou.

O senador cita conquistas da UPB nos últimos anos, a exemplo da derrubada do projeto de lei que iria modificar o índice de repasse aos municípios sem a realização de um censo demográfico e o aumento de 1% do FPM em julho, sob gestão de seu correligionário, Eures Ribeiro, prefeito de Senhor do Bonfim.

Otto lamenta que ainda hoje os prefeitos tenham que “mendigar” em Brasília em busca de emendas para executar obras em seus municípios.

“Eles se dirigem a Brasília em busca de emendas parlamentares e de recursos de diversos ministérios, vão com a cuia na mão, atrás de transferências que não são obrigatórias e que deveriam ser. Esses prefeitos gastam tempo, dinheiro com passagem e para se hospedar e alimentar, quando essas transferências poderiam ser preestabelecidas na lei, isso é o que todo prefeito deseja e com o novo Pacto Federativo isso pode mudar”, disse.

Autonomia financeira

Para Quinho, prefeito de Belo Campo e candidato a vice-presidente da UPB na chapa encabeçada pelo chefe do Executivo de Jequié, Zé Cocá (PP), é preciso descentralizar os recursos de Brasília e dar autonomia financeira aos municípios.

Ele pontua que nos últimos anos a União tem criado programas sociais e econômicos e “depositado” nas costas dos prefeitos, sem fornecer para os gestores recursos para que possam arcar com essas novas demandas.

Quinho aponta como emergencial a aprovação do aumento de 1% no FPM em setembro, que junto com agosto são os meses de menor arrecadação e quando não há uma assistência por parte do governo federal, o que acaba por impactar o orçamento do município no segundo semestre do ano.

“Acho que a principal luta é a do 1% de FPM em setembro, antes mesmo do Pacto Federativo. Mais de 75% dos recursos arrecadados são gerenciados pela União e, onde os brasileiros nascem, nos municípios, o percentual do bolo é pequeno. Todas as despesas são direcionadas para os municípios, os programas sociais: Cras, Creas, o Saúde da Família, são exemplos de programas criados e jogados no colo dos municípios. Isso inviabiliza a gestão, provoca perda do potencial de investimento; há muitas cidades baianas em que seus prefeitos são meros gerentes, pagadores de folha”, pontuou Quinho.



Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em 2019

José Cruz / Agência Brasil / 10.4.2019

FINANÇAS Pandemia do novo coronavírus trouxe à tona questões urgentes nas contas públicas das cidades

CRISE ACENTUA E ACELERA DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 3.9.2020



Pandemia da Covid-19 agravou a situação financeira dos municípios

Jefferson Rudy / Agência Senado / 5.4.2017



Otto Alencar é um dos defensores do movimento municipalista

Pandemia intensifica debate sobre necessidade de ampliação de recursos

Para o cientista político e professor da Unilab Cláudio André, a pandemia do novo coronavírus provocou um impacto na economia, nas contas públicas e principalmente na área social. E com esse caldeirão de acontecimentos, criou-se um campo favorável para o debate acerca dos novos mecanismos para divisão e repasse das receitas, além da necessidade de ampliação de recursos à disposição dos municípios.

“A verba para saúde, educação, são questões muito importantes para os municípios. Na saúde temos uma demanda muito forte de investimentos ainda, provocada pelo novo coronavírus. Teremos uma demanda pela imunização, para abertura de novos leitos, e isso são pautas imediatas, em um cenário de 30, 60, 90 dias”, destacou André.

O cientista político também reforçou que é preciso uma mudança na estrutura tributária do país, que classificou como “muito desigual”, se comparado a divisão do valor arrecadado e sua distribuição entre governo federal, estados e municípios, o que faz com que as cidades, principalmente as menores, fiquem “reféns” do repasse do governo federal.

O economista e vice-presidente do Corecon-BA, Gustavo Casseb Pessoti, aponta que o déficit previdenciário dos municípios baianos é resultado de um longo processo que envolve vários fatores. Os principais citados pelo economista são: o gasto desordenado do ente federativo com pessoal, o que consequentemente resulta em um maior valor aportado na previdência; o acúmulo de despesas para institutos e ramos da economia feitos pela União, a exemplo de isenções para redes bancárias, instituições partidárias, igrejas etc., aliado à dificuldade de muitos municípios em conseguir desenvolver sua capacidade produtiva, se tornando dependente quase que integralmente dos repasses constitucionais.

Previdência Social

“Em que pese o financiamento da Previdência Social ser elevado, ela também é elevada, digamos assim, em importância, como um mecanismo de redistribuição de renda e de movimentação de economia monetária. Se não fossem os aposentados, por exemplo, muitos municípios perderiam completamente a sua razão de ser”, sinaliza Casseb.

O vice-presidente do Corecon Bahia criticou a falta de

profissionalização de muitos municípios. Reforçando que “a inadimplência geral do sistema de Previdência está relacionada à incapacidade, incompreensão da administração municipal em entender o Orçamento Público, as finanças públicas” e o “processo de profissionalização da gestão em relação à receita e o gasto público”. O especialista admite que muitos municípios passem por graves problemas, “principalmente os nordestinos, que dependem das transferências constitucionais”, ou seja, são municípios que não têm o que ele classifica como “uma viabilidade fiscal de partida”.

“O gestor que não tem viabilidade fiscal de partida vai tentar justificar o problema da Previdência como se ele fosse o responsável pelo rombo das contas municipais, ele não entende a lógica do federalismo fiscal no Brasil. Uma coisa fundamental e de suma importância para os municípios é aumentar o nível de receita própria. Todos os municípios podem aumentar suas receitas próprias, então tá aí aquilo que eu chamo de profissionalização da gestão”, explicou Gustavo Casseb.

RAUL AGUILAR

OTTO ALENCAR, senador

QUINHO, prefeito de Belo Campo

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

●● De um lado, 250 mil mortes. Do outro, apenas 2,8% da população vacinada. Não é só uma triste contradição. É a constatação de que, se as coisas continuarem assim, muitas vidas ainda serão perdidas para a negligência de um governo que insiste em desprezar a gravidade dessa tragédia
ACM Neto

Presidente nacional do DEM e ex-prefeito de Salvador, ao condenar ontem pelo Twitter o combate ao novo coronavírus tocado pelo governo Jair Bolsonaro

Passagem de cuiá

A base aliada ao Palácio de Ondina na Assembleia Legislativa se movimentou para tentar votar na sessão de hoje a proposta que autoriza o governo do estado a contrair mais um empréstimo junto ao Banco do Brasil, dessa vez, na ordem de R\$ 1,5 bilhão. O pedido foi enviado à Casa pelo governador Rui Costa no último dia 18, sob protestos da bancada de oposição, que considera o empréstimo prejudicial à saúde financeira do estado e critica a ausência de informações claras sobre onde os recursos serão investidos. Caso emplaque o requerimento de urgência nesta quinta-feira, o projeto pode ser votado já na próxima segunda, respeitando o prazo regimental de 72 horas. Do contrário, terá que esperar ao menos 15 dias para submeter a matéria ao plenário e encarar a obstrução dos oposicionistas.

CARTÃO DE PONTO

De acordo com o deputado estadual Sandro Régis (DEM), líder da minoria, se a urgência for colocada em pauta, a bancada solicitará verificação de quorum, apostando na baixa frequência de parlamentares na pandemia.

Pote de queixas

"A Bahia é considerada má pagadora pelo Tesouro e não pode receber garantias da União para operações de crédito. Não é razoável que o governo aumente o endividamento, o que pode levar o estado à falência, afetando serviços públicos essenciais", disse Sandro Régis.

Peso na balança

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, usou ontem imagens de trechos das BR-324 e 116 sob controle da Via Bahia na tentativa de convencer a bancada paranaense de que é um erro realizar a concessão de três mil quilômetros de estradas naquele estado no mesmo modelo feito para fatias balanas das duas rodovias federais.

Boca aberta

Ao ver cenas da ponte sobre o Rio Paraguaçu, que está com parte interditada há cerca de quatro anos por falta de manutenção da Via Bahia, os parlamentares do Paraná deixaram a reunião com o ministro praticamente convencidos de o formato não é o ideal. No caso, o que se baseia na menor tarifa de pedágio como critério máximo.

Giro total

A partir de abril, o ex-prefeito ACM Neto (DEM) pretende iniciar uma cruzada por todas as regiões do interior para levantar os principais problemas das cidades, com horizonte na sucessão de 2022. "Ao contrário das visitas que faço desde o início do ano, com foco em apresentar a prefeitos do DEM o formato de gestão que deu certo em Salvador, quero ouvir agora os cidadãos do interior, conhecer o que precisa ser mudado em cada canto da Bahia", adiantou.

Vale o que pesa

A pesquisa encomendada pela prefeitura para medir o apoio às medidas de isolamento na capital, noticiada ontem e anteontem, mostra que tanto o prefeito Bruno Reis (DEM) quanto o governador Rui Costa (PT) têm aprovação acima de 80%. Já o presidente Jair Bolsonaro é reprovado por 65%.

24h

BAHIA

Desafio é contratar pessoal para hospital da Fonte Nova

REABERTURA Não há mais pendências estruturais no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova. Todos os respiradores e equipamentos já estão disponíveis, restando apenas alguns detalhes na montagem. Com isso, o Hospital aguarda mais duas definições para voltar a operar. A primeira é definir quem será a Organização Social (OS) responsável por sua gestão e a segunda é a mais difícil: contratar profissionais de saúde para trabalhar no local.

O primeiro problema começa a ser resolvido hoje, de acordo com o titular da Superintendência de Atenção Integral à Saúde (Sais), Igor Lobão. O prazo para recebimento de propostas é logo pela manhã. Segundo Lobão, algumas empresas já solicitaram o edital e todo o trâmite deve ser finalizado em breve.

"As propostas de interessados serão entregues até amanhã [hoje], finalizamos o processo com o vencedor já para início imediato da gestão do hospital da Arena Fonte Nova. Algumas OS's já requisitaram o edital e trarão propostas até esta quinta de manhã", explicou.

O segundo problema é conseguir contratar profissionais. Lobão explica que há uma dificuldade natural de formação de equipes porque os profissionais ou já estão em alguma outra unidade de saúde e não têm carga horária disponível "ou estão simplesmente exaustos".

Lobão disse que conta com o apoio da imprensa para a divulgação quando da abertura dessas vagas e que, logo que fecharem a OS que vai fazer a contratação, eles começarão a campanha para conseguir profissionais.

A Arena Fonte Nova rece-



Unidade de campanha receberá 50 leitos de UTI e outros 30 leitos de enfermaria

berá 50 leitos de UTI e outros 30 leitos de enfermaria.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), a cada 10 leitos UTI são necessários sete médicos, 14 enfermeiros, 20 técnicos e 7 fisioterapeutas. Somente para os leitos de Terapia Intensiva, o hospital precisará de 35 médicos, 70 enfermeiros, 100 técnicos e 35 fisioterapeutas.

"A mobilização de equipe

é um dificultador em todo o Brasil. A estrutura física está pronta, só precisamos que a OS comece a operação", afirma Igor Lobão.

Para os 30 leitos de enfermaria, a estrutura básica é composta por três médicos, seis enfermeiros, 20 técnicos e dois fisioterapeutas. Isso sem contar o pessoal responsável por hotelaria, higienização, segurança e ali-

mentação da unidade.

Na primeira fase da pandemia, o hospital de campanha da Fonte Nova contou com 100 leitos clínicos e 80 de UTI. A capacidade total da unidade é de 240 leitos, sendo 140 clínicos e 100 de UTI, que foram liberados progressivamente. Ele foi aberto em maio pelo governo do estado, com parceria da prefeitura de Salvador.

Bruno Reis e Rui Costa anunciarão novas medidas restritivas hoje

ISOLAMENTO O prefeito de Salvador, Bruno Reis, anunciará, hoje, medidas mais duras no combate ao coronavírus na cidade. Através das redes sociais, o prefeito disse que, com o avanço da covid-19 na capital e a alta ocupação das UTIs, ele decidiu tomar medidas mais duras.

"Das 17h de sexta até 5h da segunda, pouquíssimas atividades estarão permitidas. Amanhã [hoje], em coletiva com o governador [Rui Costa], vamos divulgar os detalhes", afirmou Reis, em resposta a um comentário sobre se vai fechar o comércio.

As novas ações de isola-

mento social serão anunciadas em conjunto não só com o governo do estado, mas com os gestores municipais de cidades da Região Metropolitana de Salvador. "Não adianta fechar Salvador e as pessoas se aglomerarem nos municípios vizinhos. O vírus está mais forte", comentou.

"Todo efetivo da Guarda Civil Municipal e dos fiscais da prefeitura estarão nas ruas para conter aglomerações e desrespeitos às medidas de restrição. Além disso, vamos contar com o apoio da Polícia Militar para ajudar a efetivar o decreto em toda cidade", falou Reis.

Nordeste quer manter piso para saúde e educação

INVESTIMENTOS Governadores dos nove estados do Nordeste divulgaram ontem uma carta contra a extinção do gasto mínimo para saúde e educação - proposta defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O fim da destinação dos recursos para saúde e educação está previsto no relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, de autoria do senador Márcio Bittar, do Acre. Na prática, o projeto cria um mecanismo para controle do aumento de despesas em momentos de crise nas contas públicas.

O projeto é considerado fundamental pelo governo federal para um novo auxílio emergencial em 2021. O argumento da equipe econômica é que, sem a vinculação dos recursos para saúde e educação, a União, estados e municípios ficaram com Orçamento mais livre para decidirem onde aplicar o dinheiro. A ideia, que já sofre críticas de senadores, também não agradou aos governadores.

Na prática, o projeto cria um mecanismo para controle do aumento de despesas nessas áreas em momentos de crise nas contas públicas

Petrobras registra lucro líquido histórico

POLÍTICA DE PREÇOS Antes da crise causada pelas críticas sucessivas do presidente Jair Bolsonaro à política de preços de combustíveis, a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 59,9 bilhões no quarto trimestre do ano passado, salto de 635% ante igual período de 2019, resultado muito acima do esperado por analistas e o maior para um trimestre, pelo menos, desde 2008. No acumulado do ano, a empresa conseguiu um resultado positivo, mas bem menor, de R\$ 7,1 bilhões.

Com os números divulgados ontem, a petroleira conseguiu reverter o prejuízo dos três primeiros trimestres do ano, apagando as perdas causadas pela pandemia de covid-19, que parou a economia e derrubou a demanda por petróleo.

60
bilhões de reais foi o lucro da estatal no 4º trimestre de 2020, 635% a mais que no mesmo período de 2019

Foi o último balanço financeiro da gestão de Roberto Castello Branco. Após as críticas de Bolsonaro, iniciadas na semana passada, o governo federal indicou o general da reserva Joaquim Silva e Luna – que já comandou a Itaipu – para substituir o executivo no comando da petrolífera.

No balanço, Roberto Castello Branco classificou o resultado como excepcional para o ambiente desafiador vivido em 2020. “Entregamos nossa promessa (de recuperação)”, afirmou. O executivo, porém, não fez referência à sua saída da companhia, que deve acontecer em 20 de março.

O nome de Silva e Luna ainda precisa passar pelo crivo do conselho de administração da estatal – no entanto, a mudança deve ser concretizada.

Nos últimos dias, as ações

da estatal passaram por um período de forte volatilidade na Bolsa paulista. Economistas e ex-aliados do governo chegaram a afirmar que o movimento, resposta direta do presidente à pressão dos caminhoneiros, seria o fim da fase liberal do governo federal.

As projeções de cinco equipes de análise do mercado financeiro consultados pela reportagem apontavam para uma média de R\$ 11,4 bilhões de lucro no quarto trimestre.

O resultado muito acima do esperado poderá servir para o executivo defender sua gestão, marcada pelo ajuste financeiro. Em 2020, a dívida total foi reduzida em US\$ 11,6 bilhões, para US\$ 75,5 bilhões. A dívida líquida somou US\$ 63,2 bilhões no fim de 2020, queda de US\$ 15,7 bilhões ante o fim de 2019.

CUSTO DE VIDA VOLTA A SUBIR NA RMS

IPCA 15 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) ficou em 0,67% na Região Metropolitana de Salvador (RMS) em fevereiro, retomando trajetória de aceleração frente ao mês anterior (havia sido de 0,38% em janeiro). Também ficou acima do verificado em fevereiro de 2020 (0,07%) e da média nacional (0,48%). O IPCA-15 funciona como uma prévia da inflação oficial do mês, refletindo os preços coletados entre 15 de janeiro e 11 de fevereiro.

GOVERNO ENCAMINHA NOVA PRIVATIZAÇÃO

CORREIOS Em mais uma investida para demonstrar que a agenda liberal patrocinada pelo ministro da Economia Paulo Guedes continua de pé, o presidente Jair Bolsonaro, Guedes e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, foram à Câmara dos Deputados para entregar pessoalmente o projeto de lei que abre caminho para a privatização dos Correios. O texto prevê a quebra do monopólio do setor de serviços postais e a abertura do capital da empresa.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Ajuste fiscal não pode ser feito com a lógica de “colocar a granada no bolso do inimigo”. Não pode ser uma coleção de jabutis, nem bodes. Mas é dessa forma que foi preparada a PEC Emergencial relatada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC). Quem acha que é possível, no momento extremo que vivemos, fragilizar o SUS, acabar com o Fundeb? A PEC faz isso. E, de quebra, o ajuste que está sendo proposto pelo governo Bolsonaro acaba com duas fontes de financiamento da Receita Federal e assim torna mais fraco o órgão que arrecada e combate a sonegação.

A votação no Senado foi adiada. Ainda bem. A ideia original era votar a proposta, cheia de ardis e complexidades, em 48 horas. Seria hoje a votação do relatório apresentado na terça-feira. Neste governo e no meio de uma pandemia, quem sinceramente pode defender o fim das vinculações para a Saúde e Educação? O país quer e precisa de um SUS mais forte. O desafio de reabrir escolas públicas e recuperar o ano letivo perdido torna mais necessário o financiamento educacional. A proposta do governo é acabar com as vinculações nas três esferas administrativas, e para os dois setores. União, estados e

municípios não teriam mais que cumprir o piso para educação nem o mínimo para a saúde.

A proposta ataca também a autonomia da Receita Federal, como contou no “Valor” de ontem Maria Cristina Fernandes. Com a supressão de um inciso, deixa de haver a vinculação de impostos para o financiamento das atividades de administração tributária. A vinculação foi introduzida numa Emenda Constitucional, a 42, de 2003, mas, segundo explicação de técnicos que eu ouvi, nem estava sendo usada. Isso porque a maior parte do financiamento da Receita vem do Fundaf, Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Atividades de Fiscalização. Ele foi criado pelo decreto lei 1.437 de 1975 e sobre-

viveu à Constituição de 1988.

— Todos os fundos estão vinculados ao Orçamento-Geral da União, mas a gente sempre podia, na hora dos cortes, dizer que tinha os recursos. Até porque se não pudermos fazer nossas atividades, o governo estará dando um tiro no pé. Sem arrecadação não se sai de crise fiscal. O problema é que o governo está acabando com todos os fundos e ainda por cima propôs o fim dessa vinculação — disse um técnico tributário.

Quando a vinculação foi aprovada em 2003, a Receita dizia que preferia não usar esse dispositivo. Mas agora, com o fim do Fundo, essa vinculação seria o plano B para ela se financiar. Se ela tiver que disputar recursos no Congresso vai encontrar

muita gente torcendo para a Receita não fazer o seu trabalho.

Na famosa reunião ministerial, cujo vídeo foi divulgado pelo ministro Celso de Mello, o Brasil viu uma espécie de ressonância magnética do atual governo. Tudo foi visto lá. O ministro Paulo Guedes por exemplo falou da sua técnica de “colocar a granada no bolso do inimigo”. Ele se referia a ter incluído na transferência para os estados e municípios a exigência de não aumentar o salário dos servidores. A ideia era de fato boa, mas a grande resistência a esse ponto vinha do próprio presidente da República que queria dar aumentos para policiais e garantir o reajuste dos soldos dos militares. Por isso, só foi aprovada depois de garantidas as vantagens

para os grupos protegidos pelo presidente.

Agora, de novo, houve vantagem para os favoritos de Bolsonaro. A isenção de impostos federais sobre o diesel por dois meses, anunciada pelo presidente para agradar caminhoneiros, custa R\$ 3 bl. Terá que ser coberta com aumento de impostos. A Receita está com essa bomba na mão. Que imposto aumentar e que possa gerar receita este ano?

Ajuste fiscal dói. Nunca foi indolor. Cada avanço que o Brasil conseguiu foi difícil. Não pode ser feito no truque, no escondido. Não faz sentido propor mudanças permanentes em troca da aprovação de algo urgente e temporário, como o auxílio emergencial. Não pode incluir jabutis, nem bodes.

O auxílio será extrateto e fora da meta fiscal. Mas a PEC é apresentada como uma forma de dar um sinal de que o governo ajustará suas contas. O problema é que especialistas acham que, do jeito que está, ela contorna o teto de gastos, enfraquece a regra de ouro, propõe o fim do mundo na educação e na saúde e puxa a escada da Receita Federal. Em resumo, não há ajuste, apenas bodes, jabutis e granadas.

ECONOMIA

Programa do Imposto de renda está disponível a partir de hoje

AJUSTE ANUAL A Receita Federal disponibiliza a partir de hoje programa do Imposto de Renda 2021, Ano-base 2020. As regras para o preenchimento do formulário foram apresentadas ontem pelo órgão. São três as principais novidades, sendo a principal delas a possibilidade de o contribuinte ter de devolver ao governo valores recebidos como auxílio emergencial. A regra se aplica para aqueles que receberam o benefício e ao mesmo tempo tiveram uma renda superior a R\$ 22.847,76 ao longo do ano passado.

As declarações podem ser entregues entre 1º de março e 30 de abril. As restituições começam a ser pagas em

maio. O órgão espera receber 32.619.749 declarações de Imposto de Renda em 2021, 639.603 a mais do que no ano passado. A expectativa é que 60% dos contribuintes tenham imposto a restituir, 19% imposto a pagar e 21% nem a pagar nem a restituir.

No ano passado, por causa da pandemia, o prazo de entrega da declaração foi ampliado em dois meses, o que não deve acontecer este ano. "Acompanharemos o cenário da pandemia, mas não há previsão de prorrogação do prazo de entrega da declaração", afirmou o subsecretário de Arrecadação, Cobrança e Atendimento da Receita, Frederico Faber.

Trabalho temporário vai crescer 25% até março

PROJEÇÃO A Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem) estima um crescimento de 25% na abertura de vagas no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. O motivo para alta está na continuidade do cenário de incertezas provocado pela pandemia do

MUDANÇAS

● **Auxílio emergencial** Contribuintes que receberam o benefício mas tiveram renda superior a R\$ 22.847,76 no ano passado terão que devolver o valor

● **Declaração pré-preenchida** poderá ser entregue para quem não tem certificado digital pelo site gov.br

● **Celular** Os contribuintes podem informar celular e e-mail para receberem comunicados da Receita sobre a declaração.

novo coronavírus.

"Após um resultado surpreendente em janeiro, projetamos a geração de mais de 805 mil vagas temporárias entre os meses de janeiro e março de 2021, superando em 25% as 644.500 contratações temporárias no mesmo período do ano passado", afirma o presidente da asso-

Haverá cinco lotes de restituição pagos mensalmente, entre maio e setembro, sempre nos últimos dias úteis dos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro. A restituição será paga a contribuintes que não apresentarem pendências em suas declarações.

Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual de 2021 a pessoa física residente no Brasil que, no ano calendário de 2020, recebeu rendimentos tributáveis em valor superior a R\$ 28.559,70, rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00 e obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

ciação, Marcos de Abreu.

Segundo ele, a indústria segue impulsionando as contratações, seguida pelo agronegócio, setor de serviço e comércio. Um ponto de destaque, segundo Abreu, é que a duração do contrato temporário na indústria, que era de 45 dias em média, será superior a 77 dias em 2021.

CONSUMIDOR MAIS CONFIANTE

78

pontos é o Índice de Confiança do Consumidor medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em fevereiro, crescimento de 2,2 pontos em relação a janeiro e a primeira alta desde outubro de 2020. Segundo os responsáveis pela pesquisa, novas altas dependem do ritmo da vacinação e de reação do mercado de trabalho.

COMERCIANTES MAIS PESSIMISTAS

1,5%

é o recuo do Índice de Confiança do Empresário do Comércio, também divulgado ontem pela FGV. Na comparação com fevereiro de 2020, a queda chegou a 18,5%. Menor confiança significa menor disposição para investir e criar empregos.

Mais*

COM NOVO LOTE, ESTADO CHEGARÁ A 81% DOS
PROFISSIONAIS DE SAÚDE PROTEGIDOS DO VÍRUS

Marcela Villar*

REPORTAGEM
marcela.villar@redesbahi.com.br

Nove dias após acabar a vacinação na maioria das cidades baianas, dois voos comerciais trouxeram mais doses de esperança contra a covid-19, ontem. Dessa vez, a quinta remessa enviada pelo Ministério da Saúde (MS) ao estado contém 208.700 ampolas. Salvador receberá 29.850 delas e já retoma a vacinação dos idosos a partir de hoje (veja ao lado). As vacinas da capital são todas do imunizante Oxford/AstraZeneca.

Com a nova remessa, 81% dos trabalhadores de saúde baianos estarão vacinados, garante a coordenadora de imunização do estado, Vânia Rebouças. "Nesta remessa, estaremos fazendo esse incremento de mais 15% para os trabalhadores de saúde. A gente só havia liberado, até o momento, 66% para a população estimada de trabalhadores de saúde, que são 418 mil profissionais, pela nossa estimativa", explicou Vânia.

O primeiro avião com as novas doses de vacina pousou na capital por volta das 11h, com 129.500 doses produzidas pelo laboratório AstraZeneca/Fiocruz. A segunda aeronave trouxe mais 79.200 vacinas da Sinovac/Butantan e aterrissou às 21h20.

A coordenadora de imunização afirmou que as vacinas seriam distribuídas para as 31 Diretorias Regionais de Saúde da Bahia. De lá, os centros distribuirão para os 417 municípios baianos. Todas servirão para dar continuidade à primeira fase de vacinação (veja quadros ao lado).

"Vamos também continuar a vacinação de idosos em ordem decrescente de idade. Já havíamos liberado anteriormente 100% das doses para idosos a partir de 87 anos, daremos continuidade, e agora, começaremos a vacinação para idosos a partir de 80 anos. Os municípios darão continuidade às suas ações de onde pararam. Aqueles que foram até 86 anos, farão 86, 85, 84, e 83 anos, enquanto tivermos estoque suficiente para atendê-los nossa próxima remessa", detalhou Vânia Rebouças.

TODOS OS IDOSOS

A coordenadora assegura que essa leva abrangerá todos os idosos acima de 85 anos no estado e um pequeno quantitativo de idosos entre 80 e 84 anos. A maioria das cidades já esgotou o estoque da primeira dose - 93,7% delas foram aplicadas, segundo o painel de vacinação da Sesab - e 44% da segunda dose já foram usadas pelos municípios.



A cada remessa que chega, 5% das doses são guardadas para reserva técnica operacional, caso ampolas quebrem

DOSES A CONTA GOTAS

Bahia recebe mais 208 mil ampolas contra covid-19 e retoma plano de imunização

A primeira dose começou a ser aplicada no dia 19 de janeiro e a segunda dose no dia 16 de fevereiro.

Ao todo, são 419.720 pessoas vacinadas na Bahia, segundo o painel da Sesab. Isso significa que apenas 23,4% do público da primeira fase foi vacinado e 8,3% do público prioritário, que inclui as quatro fases de vacinação (relembra no final da matéria). Em relação à população total da Bahia, o número representa 2,8% do total.

A expectativa é de que a primeira fase da vacinação no estado, que contém mais de 1,7 milhão de pessoas - ou seja, são necessárias 3.582.876 doses - acabe em março.

Ontem, o governador Rui Costa afirmou que, em uma previsão "muito otimista", 50% da população baiana poderá estar imunizada em meados de 2021.

A prefeitura de Salvador e o governo da Bahia negociam com laboratórios para comprar vacinas, independente do programa do Ministério da Saúde, conforme autorização dada, anteontem, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No caso da prefeitura, o prefeito Bruno Reis planeja a aquisição de 300 mil doses da Índia, do laboratório Oxford/AstraZeneca. Já o governador Rui Costa tem reuniões nos próximos dias com a farmacêutica Pfizer e com o Fundo Soberano Russo, para tratar da Sputnik V.

A reunião com a representante da Pfizer, segundo a subsecretária de saúde do estado, Tereza Cristina Paim, será realizada amanhã. "A gente vai ter um diálogo de como fazer essa aquisição, qual a disponibilidade, de que forma é essa disponibilidade e o custo", explicou.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

NEGOCIAÇÕES

Recomeça hoje a vacinação de idosos a partir de 83 anos

A vacinação de idosos na faixa etária de 80 anos será retomada a partir de hoje, em Salvador, anunciou ontem a prefeitura. A medida será possível devido à chegada do novo lote de ampolas do imunizante de Oxford/AstraZeneca. As doses destinadas à capital foram encaminhadas para armazenamento no Complexo Municipal de Vigilância à Saúde, na avenida Vasco da Gama.

A vacinação seguirá de forma escalonada. Hoje, as doses serão para pessoas a partir de 83 anos. Amanhã, para idosos com idade igual ou acima de 82 anos. Na segunda-feira (1º), serão beneficiados os cidadãos com 81 anos ou mais. Em seguida, na terça (02), será a vez dos idosos a partir dos 80 anos.

Os idosos serão vacinados das 8h às 17h, nos drive-thrus do Parque de Exposições, 5º Centro de Saúde e Atacadão Atakarejo de Fazenda Coutos. A imunização também acontecerá no 5º Centro e nas USFs Resgate, Santa Luzia, Federação, Plataforma e Cajazeiras X.

PLANO DE VACINAÇÃO

● FASE 1

Trabalhadores da saúde - 374.368 pessoas;
Idosos acima de 75 anos - 555.753 pessoas;
Idosos em instituições - 9.788
Indígenas - 22.669
Povos tradicionais - 828.860
Total - 1.791.438 (3.582.876 doses de vacina necessárias)

● FASE 2

Idosos entre 60 e 74 anos - 1.426.043
(2.852.086 doses necessárias)

● FASE 3

Comorbidades (risco de maior agravamento) - 952.507 (1.905.014 doses necessárias)

● FASE 4

Quem vai ser vacinado Pessoas em situação de rua, forças de segurança e salvamento, defientes em instituições, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo (ônibus, metrô e trem), trabalhadores de transporte aéreo, portuários, população carcerária e funcionários do sistema prisional

Quantas pessoas nesse grupo 874.634 pessoas
(1.749.268 doses necessárias)

● TOTAL DAS 4 FASES

5.080.001 (10.160.002 doses)

POPULAÇÃO VACINADA NA BAHIA (1ª DOSE)

GRUPO	QTD DE PESSOAS
Trabalhadores de Saúde	265.711
Idosos acima de 90 anos	47.405
Idosos entre 85 e 89 anos	53.582
Idosos entre 80 e 84 anos	22.395
Idosos em instituição de longa permanência	13.460
Indígenas aldeados	15.513
Pessoas com deficiência	654

QUEM JÁ TOMOU A 2ª DOSE

GRUPO	QTD DE PESSOAS
Trabalhadores de Saúde	67.389
Idosos em instituição de longa permanência	4.105
Indígenas aldeados	3.705
Pessoas com deficiência	263

Tribuna

Ciro faz aceno a Neto e critica venda de refinaria da Bahia

Pedetista disse que gostaria de ter o apoio do Democratas nas eleições de 2022

Prê-candidato a presidente da República, Ciro Gomes (PDT) fez um aceno ontem ao presidente nacional do DEM, o ex-prefeito soteropolitano ACM Neto, pois sonha em ter o apoio dos democratas na disputa pelo Palácio do Planalto em 2022. O pedetista ainda criticou a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), que fica na Bahia.

"O Polo Petroquímico tomou uma pancada agora. Eles (o governo do presidente Jair Bolsonaro) venderam a Landulpho Alves, a primeira refinaria do Brasil, por um 1,65 bilhão (de dólares). Uma refinaria dessa para fazer precisa gastar 8 bilhões (de dólares). Ou seja, venderam por 1/4 do preço que gasta para fazer uma refina-

ria. O fluxo do caixa dela garante que ela vale o dobro. Vende para um empresário estrangeiro, sem ninguém saber como foi apurado esse preço e simplesmente estão fazendo isso com o Brasil", disse Ciro, em entrevista à rádio Metrôpole. "A Bahia tem apanhado dobrado. Tem apanhado as crises do Brasil, mas essa pancada da Ford, essa pancada da venda da refinaria, que eu entrei na Justiça. É uma negociata de pilantra sem precedentes essa venda. Eu entrei na Justiça e espero (uma reversão), com pouca crença", acrescentou.

Um estudo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), que foi divulgado pelo portal UOL,

já tinha apontado que a Petrobras negociou a venda da refinaria pela metade do valor que poderia receber. Segundo os cálculos do Ineep, a Rlam está avaliada entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões. A Petrobras anunciou que o grupo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes, venceu a disputa pela refinaria com uma oferta de US\$ 1,65 bilhão.

Ainda na entrevista, Ciro disse que "gostaria muito" de ter o apoio do DEM na eleição, mas afirmou que é difícil porque a sigla é uma "federação de interesses".

"ACM Neto é presidente do DEM. O DEM é uma federação de interesses. Eu não tenho ilusão nenhuma, conheço os atores todos. Tem, por exemplo, o Onyx

Lorenzoni, que é bolsonarista-raiz. Acabou de fazer um acordo e confessou que meteu dinheiro na mão de caixa 2, e foi perdoado. Vai pagar uma multa de R\$ 189 mil reais, que não sei de onde vem. Mas (ele) é do DEM. Ronaldo Caiado, para mim, um bom amigo, é também simpático ao Bolsonaro. Rodrigo Maia atritou-se aí e tal, mas eu quero também (o apoio). O DEM faz o quê? Vai lá, vem cá e vai lá. Eu quero só dizer: eu quero também. Se vou conseguir ou não, a vida política que vai dizer", pontuou. "O problema brasileiro é tão grave, tão profundo e tão estratégico que aquele que se aventurar a servir ao Brasil como próximo presidente da República", disse.



CIRO GOMES fez um aceno ontem ao presidente nacional do DEM, o ex-prefeito ACM Neto

Articulação do governo falha e ameaça o debate da PEC emergencial

ESTADÃO CONTEÚDO

O governo já foi avisado que não conseguirá aprovar da maneira que gostaria a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que está sendo discutida no Senado. Insatisfeitos com o que chamaram de tentativa do governo de "enfiar uma proposta ruim goela abaixo do Congresso", os senadores já planejam derrubar todos os pontos do relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC), mantendo apenas o mecanismo que permite a volta do pagamento de um auxílio emergencial.

Com isso, seriam rifadas as partes da PEC que faria com que União, Estados e Municípios sejam desobrigados a cumprir percentuais de suas receitas, que são fixados por lei, com saúde e educação. A proposta foi considerada "insensível" por grande parte dos senadores, já que prevê reduzir recursos para a saúde em plena pandemia do coronavírus.

Os senadores se queixam de que o governo nem sequer tentou negociar os pontos mais polêmicos, re-



INSATISFEITOS, senadores já planejam derrubar todos os pontos do relatório de Márcio Bittar

petindo as desastrosas articulações políticas que marcaram discussões difíceis como a da reforma previdenciária, por exemplo. Como resposta, os senadores já se organizaram para adiar a votação, que estava prevista para essa quinta.

Além disso, para não perder o mecanismo de criação do auxílio emergencial, a ideia é apoiar a emenda substitutiva apresentada pelo senador José Serra (PSDB-

SP) ou a dos partidos de esquerda. Ambas desidratam a PEC, retirando todos os pontos incluídos por Bittar.

Serra deixa clara a insatisfação geral da Casa com a proposta apresentada.

"Apresentei emenda para suprimir dispositivos da PEC emergencial que alteram a Constituição em partes relevantes, como a revogação de gastos mínimos com saúde e educação.

Deve ser mantido apenas o trecho que viabiliza o pagamento do novo auxílio emergencial", diz o senador.

"Os outros itens da proposta, que tratam de assuntos estruturais e envolvem elevada complexidade técnica, devem ser discutidos em um segundo momento, no âmbito das comissões temáticas. A pressa é inimiga da Constituição", afirmou.

É no texto da emenda apresentada, o senador tucano aumenta o tom da resistência geral contra os cortes na saúde e na educação. "Essa emenda tem por objetivo proteger a Constituição federal", dispara de cara na emenda.

"Temas constitucionais importantes não podem prescindir de um debate mais apurado no âmbito da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), em conjunto com outras comissões temáticas, eventualmente. Como parlamentar constituinte, entendo que discutir alterações relevantes no texto constitucional diretamente em plenário, ainda mais no modelo não presencial, é retirar dos demais senadores a prerrogativa de aprofundar e debater temas de tamanha relevância", acrescenta Serra.

Tribuna

Operação Mão Dupla investiga fraudes no Detran

Desvios causaram um prejuízo de R\$ 19 milhões aos cofres públicos do Estado da Bahia

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Equipes da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil da Bahia (Cecor-LD) cumpriram, na manhã de ontem (24), mandados de busca e apreensão em algumas empresas sediadas no Centro Empresarial Iguatemi, em uma entidade de direito privado no Comércio e em alguns endereços de pessoas físicas. As ações fazem parte da Operação Mão Dupla, que investiga fraudes ligadas ao Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA) e que causou prejuízo de R\$19 milhões aos cofres públicos do Estado.

Na sede do órgão, foram apreendidos documentos relativos à contratação investigada e um computador. No endereço de dois alvos, em Jardim Armação e Stiep, foi apreendida a quantia de R\$79,5 mil, entre dinheiro em espécie e cheques, além de 2,5 mil dólares, o equivalente a R\$13,5 mil, no

câmbio de ontem. Nos demais endereços, foram apreendidos notebooks, smartphones, um HD externo, mídias digitais, documentos e R\$75 mil em cheques.

A Operação Mão Dupla é consequência de um inquérito que apura fraudes entre o Detran, por meio da Escola Pública de Trânsito, e uma fundação de direito privado de Salvador. A apuração da Polícia Civil revelou também a participação de ex-dirigentes do Detran-BA e de outros agentes públicos ligados ao órgão, além de indícios de lavagem de dinheiro. A Operação foi originada de uma denúncia feita pela Fundação Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos (Imic).

De acordo com informações do site Bahia Notícias, esses desvios foram descobertos pelo atual superintendente do Imic, Marcos Cidreira. Ele lembra que ao assumir o cargo, há pouco menos de dois anos, se deparou com "desvios vultosos de verbas do governo do estado, via Detran, que deveriam ser usadas para fazer cursos".

"Foram feitos contratos



Fotos: Romildo de Jesus

IRREGULARIDADE Desvios foram descobertos pelo superintendente do Imic, Marcos Cidreira

fraudulentos e desvios de verba do Detran, então o Imic, com toda sua diretoria e conselho, ao perceber essas irregularidades na administração anterior, resolveu, por unanimidade, comunicar ao governador Rui Costa através do procurador-geral do Estado, Paulo Moreno, e oficializar a denúncia de desvios", detalha Cidreira, em entrevista ao Bahia Notícias. A época das supostas fraudes, Luiz Carlos Café era o superintendente e João Quadros, o presidente do Conselho de Administração. Ainda de acordo com o

Bahia Notícias, a entidade encaminhou a denúncia à promotora Rita Tourinho, do Ministério Público da Bahia, ao Departamento de Repressão e Combate ao Crime (Draco), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à própria Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Por consequência, o superintendente lembra que o então presidente do Detran-BA foi demitido.

"Foi uma denúncia robusta, com provas irrefutáveis das irregularidades. Foi feita uma auditoria e foi entregue por mim aos órgãos", ressalta Cidreira, ao pontu-

ar que o Imic atua como colaborador da Polícia Civil nesta operação. Segundo ele, os documentos e materiais que devem ser apreendidos pelos policiais hoje certamente são aqueles já repassados, por livre e espontânea vontade, pela fundação. O objetivo do Imic, como defende o superintendente, sempre foi o de não atuar como cúmplice das ilegalidades.

APURAÇÃO

Durante a apuração, foi constatado que a prestadora do serviço não tinha estrutura física e quadro de funcionários condizentes com o objeto do contrato, que durou de 2016 a 2019.

A delegada Fernanda Ásfora que coordenou as ações, destacou que "com essas ações, conseguimos desarticular um esquema que causou prejuízo de R\$19 milhões aos cofres públicos do Estado. Após uma denúncia foi deflagrado o processo de investigação, com o possível indicativo de fraude, fizemos uma análise do processo e a partir da análise e dos atos executórios, descobrimos que a contratação da fundação teria sido de fachada, apesar de ter sido contratada para prestar o serviço de forma direta, ela 'a fundação', não tinha servidores no seu quadro. Tinha somente uma atendente e um porteiro, não tinha condições de executar o contrato, esse foi o grande ponto-chave, o indicativo

da contratação fraudulenta". José Bézerra, diretor do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), explicou que todo o material apreendido será analisado pelas equipes de investigadores. "Parte será enviada para o Departamento de Polícia Técnica (DPT), para que no final seja possível determinar se há ou não alguma prática delituosa".

Outras fases da operação poderão ser deflagradas. Também não está descartado o envolvimento de agentes públicos e políticos no ato. Não ocorreram prisões na operação de ontem. Foram cumpridos apenas mandados de busca e apreensão.

Em nota enviada a Tribuna da Bahia, o Detran-BA disse que colabora com a operação da Polícia Civil, "O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA) esclarece que colabora com a investigação da Polícia Civil, que apura indícios de fraudes na antiga Escola Pública de Trânsito (Eprtran). O órgão suspendeu o funcionamento da Eprtran em março de 2019, após recomendação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que se manifestaram contrários à realização dos cursos oferecidos pela escola, para a formação e capacitação de condutores".

Com informações do site Bahia Notícias

ARTIGO

Paulo Villa

A Bahia merece voltar aos trilhos

Dos 7.200 km da malha Centro-Leste, que integrava a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), quase 1.800 km estão na Bahia. Ela foi concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), em 1996, tendo por objeto "a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas".

Nestes quase 25 anos, a FCA deixou de prestar o serviço público adequado, assim como não o desenvolveu. Houve desinvestimentos, como a desativação total dos trechos Senhor do Bonfim-Juazeiro/Petrolina, Esplanada-Propriá, Mapele-Calçada, e parcial no Porto de Aratu. Uma perda de mais de 620 km que pre-

judica a logística de cargas para empresas baianas.

A justificativa de que são trechos de baixa ou nenhuma demanda não se sustenta, porque, inegavelmente, as cargas existem, conforme mostram estudos do Plano Nacional de Logística, mas não trafegam por falta de segurança, *transit time* elevado (velocidade baixa), preço de frete elevado vis a vis o rodoviário e serviços.

Com o contrato de concessão vencendo em 2026, o Ministério de Infraestrutura e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT realizaram consulta pública para a sua renovação antecipada. A proposta apresentada pela FCA, aprovada pelos órgãos supracitados e também

pelo TCU, exigiu total atenção de empresas usuárias.

O projeto não contempla investimentos no Corredor Minas-Bahia, deixando-o no atual estado ruim e crítico, atestado pela ANTT nos documentos da audiência pública. Embora a FCA manifeste a intenção de investir R\$ 3,35 bilhões ao longo de 35 anos, não há qualquer obrigação neste sentido prevista no aditivo ao contrato.

Além disso, este valor seria insuficiente para atender à modernização do corredor, uma vez que trata-se de uma ferrovia projetada na época do Brasil Império, século XIX, impossível de prestar o serviço público adequado atualmente. Para isso, seriam necessários cerca de R\$ 20 bilhões de investimentos.

A possibilidade de alocar valores da outorga também seria insuficiente, pois arrecadaria apenas cerca de R\$5 bilhões a ser disputado entre BA, MG, ES, RJ, SP, GO e SE.

Diante disso, a Associação de Usuários dos Portos da Bahia - Usuport, que estuda e acompanha, tecnicamente, os modais aquaviário, ferroviário e rodoviário desde a sua criação, em 2004, chegou à conclusão lógica de propor a exclusão dos 2.400 km do Corredor Minas-Bahia da renovação antecipada de concessão e realizar em seguida sua imediata licitação, que tem a opção de ser subdividida em três trechos, as linhas sul, centro e norte.

Esta solução possui o mérito de atrair novos investidores para o Brasil, ser um processo de "ganha-ganha" entre todos os atores econômicos, inclusive a FCA, e criar uma perspectiva positiva, mesmo que gradativa, de um futuro melhor para a logística do transporte de cargas na Bahia.

***Paulo Villa é engenheiro civil e diretor-executivo da Usuport**

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/02/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Fevereiro de 2021 - 11:40

Proposta pode abrir caminho para governo desonerar combustíveis sem compensação

por Fábio Pupo e Daniel Carvalho | Folhapress



O Congresso discute a criação de uma cláusula de calamidade pública na Constituição que, caso acionada, dispensaria Executivo e Legislativo de apresentarem compensações orçamentárias ao criarem medidas que impactem as contas públicas.

A liberação valeria tanto para iniciativas que aumentam despesas como as que reduzem receitas, como o corte de tributos sobre combustíveis anunciado recentemente pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A dispensa está na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, relatada por Marcio Bittar (MDB-AC) e protocolada por ele nesta terça-feira (23) no Senado. O texto promove mudanças nas regras orçamentárias.

Além de criar um dispositivo de calamidade para flexibilizar regras fiscais em situações de emergência, o texto extingue definitivamente o piso de recursos públicos para saúde e educação, libera o auxílio emergencial em 2021 e promove ajustes de médio e longo prazo em situações de aperto fiscal.

A proposta pode atender os interesses do governo no corte de tributos sobre combustíveis. Bolsonaro tem tentado acenar a caminhoneiros para arrefecer insatisfações com os preços nos postos de gasolina.

Na quinta-feira (18), Bolsonaro chamou o aumento de preços de abusivo. Ele ainda disse que, em reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia), decidiu zerar por dois meses, o PIS/Cofins que incide sobre o diesel.

"O que é que foi decidido hoje? A partir de 1º de março também não haverá qualquer imposto federal no diesel por dois meses. Então, por dois meses, não haverá qualquer imposto federal em cima do diesel", afirmou.

"Por que por dois meses? Por que nestes dois meses nós vamos estudar uma maneira definitiva de buscar zerar este imposto no diesel. Até para ajudar a contrabalançar este aumento, no meu entender, excessivo da Petrobras", disse. A obrigação de compensar cortes de receita está no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao criar uma renúncia não prevista no Orçamento, a medida deve ser compensada por criação ou elevação de impostos ou ampliação da base de cálculo (com mais contribuintes, por exemplo). A PEC em discussão flexibiliza a regra em caso de calamidade pública ao afirmar que a proposta legislativa ou o ato do Executivo que gere novas despesas ou renúncia de receitas "ficam dispensados da observância das limitações legais".

As condições impostas pela PEC são de que a medida não tenha efeito continuado e que tenha como propósito exclusivo enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas.

O Ministério da Economia defende a LRF e chegou a mencionar nos bastidores que buscaria medidas compensatórias para o corte do diesel. Mas Bolsonaro já disse neste mês que analisava implementar o corte de tributos sem a compensação.

"Eu quero ver se no caso que nós vivemos, já que muita gente fala que, situação crítica que vivemos, em parte eu considero, se eu posso reduzir, por exemplo, o PIS/Cofins no combustível e sem a compensação", disse Bolsonaro na ocasião.

O presidente argumentou que, para cada R\$ 0,01 reduzido de PIS/Cofins, são necessários cerca de R\$ 700 milhões como compensação.

"Atualmente o diesel está em R\$ 0,33, vezes 700, dá uns R\$ 23,24 bilhões. Vou tirar da onde? Tem que aumentar imposto onde? Inventar uma CPMF? Não dá. Trocar seis por meia dúzia? Cobrir um santo e descobrir o outro?", disse Bolsonaro.

No começo do mês, Bolsonaro disse em entrevista sobre medidas para combustíveis que as pautas econômicas têm respaldo de Guedes -a não ser em caso de uma "questão social gravíssima". "Tenho determinado ao Guedes, eu sempre converso com ele porque as decisões que tratam de economia obrigatoriamente têm que passar por ele. Jamais darei palpite na economia. A palavra final, eu sou o presidente, mas é dele. A não ser que apareça uma questão social gravíssima. Daí nós voltaremos a conversar com mais ministros para falar sobre essa política econômica", disse Bolsonaro.

Técnicos do governo não descartam que o instrumento seja usado. Até agora, o Ministério da Economia não se pronunciou oficialmente de forma clara sobre se vai buscar as compensações para o corte de tributos a ser aplicado para o diesel. Apesar da brecha aberta pela PEC, a não compensação ainda precisaria cumprir algumas exigências para poder entrar em vigor.

Os técnicos lembram que, primeiro, a proposta teria que ser aprovada no Congresso e, depois, a cláusula de calamidade pública teria que estar acionada -o que não é o caso hoje. O presidente da República pode propor a situação de calamidade pública de âmbito nacional ao Congresso, que terá a prerrogativa exclusiva de decidir se decreta ou não.

Seria difícil cumprir todo esse rito até 1º de março, data anunciada por Bolsonaro para o corte de tributos sobre combustíveis. A proposta tem previsão de votação nesta semana apenas no Senado e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem sinalizado que ela deve ser apreciada na Casa apenas no mês que vem.

A PEC não chega a especificar que critérios serão considerados para decretar calamidade pública. Nem se bastaria maioria simples (mais da metade dos presentes) ou se seria

necessária maioria qualificada (mais da metade dos congressistas) para a cláusula ser acionada.

Além disso, para ser encaixado no texto da PEC, o corte sobre combustíveis ainda teria que estar ligado à pandemia e suas consequências sociais e econômicas -algo que o texto da proposta também não especifica o que seria.

De qualquer forma, o TCU (Tribunal de Contas da União) pode acompanhar de perto o assunto. No ano passado, o órgão rejeitou propostas que demandavam verbas para obras dizendo que elas não tinham ligação direta com a pandemia.

Governadores do Nordeste assinam carta contra fim do piso para saúde e educação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os governadores do Nordeste divulgaram uma carta nesta quarta-feira (24) contra a extinção do gasto mínimo para saúde e educação, proposta defendida pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O documento foi assinado pelos governadores dos nove estados da região, que são de partidos de oposição, independentes ou mesmo aliados do presidente Jair Bolsonaro.

O fim do piso para recursos aplicados em saúde e educação está previsto no relatório da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), alinhado com o desejo da equipe econômica.

O projeto dá as bases para que seja lançada uma nova rodada do auxílio emergencial em 2021 e, como quer Guedes, cria um mecanismo para controle do aumento de despesas em momentos de crise nas contas públicas.

A previsão inicial era que o texto fosse votado nesta quinta-feira (25), mas, diante de críticas à proposta de acabar com o gasto mínimo para saúde e educação, a análise da PEC pode ficar para a próxima semana.

O argumento da equipe econômica é que, sem a vinculação dos recursos para saúde e educação, a União, estados e municípios ficaram com Orçamento mais livre para decidirem onde aplicar o dinheiro. A ideia, contudo, não agradou os governadores do Nordeste.

No Senado, a representação de cada estado da federação é a mesma: três votos. A posição contrária de nove estados torna ainda mais difícil a aprovação do dispositivo que acaba com o piso para saúde e educação.

"A vinculação constitucional fundamenta a garantia do direito à educação e à saúde", diz a carta. Para os estados da região, a prioridade deveria ser a vacinação em massa, o fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde) e a viabilização do auxílio emergencial.

Na avaliação de líderes do Senado, a insistência de

Bittar, ao manter a extinção dos valores mínimos destinados à saúde e educação na PEC, contaminou a articulação para votar o texto nesta quinta.

Há sugestões da oposição e de outros partidos, como PSDB e MDB, para que esse trecho seja retirado do projeto.

A intenção do Senado é garantir que seja criado o novo programa de auxílio emergencial neste ano, o que depende da aprovação da PEC, mas o clima, na avaliação de alguns senadores, é que a votação só deve ocorrer na próxima semana e sem o mecanismo que acaba com os pisos para saúde e educação.

Isso representaria uma derrota política ao ministro da Economia. A retirada desse item da PEC Emergencial desidrataria ainda mais o pacote de medidas considerado fundamental por Guedes, e que tem sido a aposta dele para seguir no governo após derrotas na sua agenda liberal.

Inicialmente, estava previsto na PEC, por exemplo, o corte de jornada e de salários de **servidores** públicos em período de crise fiscal, mas, diante da resistência no Congresso, Guedes cedeu e já deixou esse ponto fora da versão mais recente da proposta.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Salários dos Servidores

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/02/2021	



Nova remessa de vacinas contra Covid-19 chega à Bahia

24 fevereiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A Bahia receberá mais remessas de vacinas contra o coronavírus nesta quarta-feira (24). Serão ao todo 208.700 doses que chegarão ao aeroporto de Salvador em dois voos comerciais. O primeiro deles, com 129.500 vacinas produzidas pela AstraZeneca/Fiocruz, pousou no final da manhã. O outro, que trará 79.200 doses da Sinovac/Butantan, está programado para pousar às 21h20.

Após a chegada dos imunizantes a equipe da coordenação de imunização do Estado fará organização para a distribuição das doses para as centrais regionais, de onde serão encaminhadas para os municípios. A nova remessa dará possibilidade de continuidade com a primeira fase do plano de vacinação, que inclui idosos e trabalhadores de saúde.

Esta é a quinta remessa de vacinas que a Bahia recebe. Com a carga desta quarta-feira (24), o estado totaliza 945.600 doses recebidas, entre Coronavac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa.

Vacinação

Com 417.396 vacinados contra o coronavírus (Covid-19), dos quais 69.964 receberam também a segunda dose, até as 15 horas de terça-feira (23), a Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no painel <https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/>.

Veículo: Metro 1	
Data: 24.02.2021	Caderno: Economia



Avião com quase 130 mil doses da vacina de Oxford desembarca em Salvador

Previsão é que outro avião com 79,2 mil doses da vacina CoronaVac chegue às 21h20 desta quarta-feira

Um avião com 129,5 mil doses da vacina de Oxford/AstraZeneca desembarcou no aeroporto de Salvador no início da tarde de hoje (24), por volta das 11h20. As doses chegaram em um voo comercial e serão levadas para a sede do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar. De lá, as vacinas passarão por uma checagem antes de serem distribuídas para os municípios.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Salvador, onde a vacinação da 1ª dose está suspensa suspensa, quando as vacinas estiverem em mãos da administração municipal, será divulgada a estratégia da retomada da imunização. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), a previsão é que outro avião chegue ao aeroporto de Salvador, às 21h20 desta quarta. A aeronave transportará 79,2 mil doses da vacina CoronaVac.

Com 417.396 vacinados contra o coronavírus, dos quais 69.964 receberam também a segunda dose, até as 15h de ontem (23), a Bahia é um dos estados do país com o maior número de imunizados.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/02/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Fevereiro de 2021 - 21:00

CNM é contra desvinculação mínima de recursos para saúde e educação



A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e as entidades municipalistas estaduais manifestaram ser contra a desvinculação mínima de recursos para saúde e educação. "A medida causará uma pressão enorme sobre os Municípios e trará impactos preocupantes à sociedade brasileira", aponta a entidade presidida por Glademir Aroldi.

"A vinculação de impostos para a educação é um princípio inarredável e essencial para garantia do direito à educação a todas as crianças, jovens e adultos brasileiros, presente no ordenamento jurídico brasileiro desde os anos 1930. Para a saúde, a PEC também representa um retrocesso de décadas e implicará, invariavelmente, em punição e maior carga de responsabilidade aos Municípios perante a garantia de execução e financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS)", aponta a CNM.

De acordo com a entidade, caso aprovada a mudança, "os Municípios terão de ampliar o comprometimento da receita com as despesas de educação e saúde. Isso porque, hoje, mais de 95% dos Municípios já aplicam muito acima do mínimo constitucional em ambas as áreas, em razão da demanda que recebem na ponta da execução dessas políticas públicas. Alguns Estados e a União, por outro lado, utilizam uma contabilidade criativa para conseguirem atingir o mínimo. Dessa forma, como efeito prático da eliminação do mínimo em saúde e educação, haverá a redução drástica dos recursos destinados pela União e pelos Estados e uma consequente intensificação da demanda que estará a cargo dos Municípios, obrigando inclusive a ampliação do percentual da receita destinada para estas atividades".

"Propor a desvinculação de recursos da educação não encontra respaldo e apoio da sociedade, nem dos 5.568 Municípios brasileiros, que investiram, em 2020, cerca de 27,7% na manutenção e no desenvolvimento do ensino. A desvinculação de recursos destinados à educação impõe prejuízos irreparáveis para a educação pública brasileira, implica a

precarização e a redução do atendimento educacional, induz interrupção dos programas de melhoria do ensino, promove a desvalorização dos profissionais da educação e compromete todo o financiamento da educação", acrescenta.

A Confederação diz que "na saúde, os Municípios também já aplicam recursos próprios em níveis muito acima do mínimo exigido de 15%. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), em 2018 e 2019 a média nacional de recursos aplicados foi de 21,68% e 21,67%, respectivamente, uma média de 44% acima do mínimo". "Os Estados, por sua vez, aplicaram, nestes mesmos anos, 13,77% e 13,49% - acima do mínimo de 12% exigido, mas bem abaixo do percentual investido pelos Entes locais e contabilizando gastos que não são propriamente com saúde. Com a desvinculação e tendo em vista o cenário de Emergência em Saúde Pública em que o país ainda se encontra, além de fragilizar os Municípios no combate à pandemia, o colapso da saúde municipal torna-se iminente e permanente.

A desvinculação proposta, além de representar grave retrocesso para as principais políticas sociais - educação e saúde -, é desastrosa e precariza serviços essenciais que precisam ser oferecidos à população. O movimento municipalista vai atuar junto ao Congresso Nacional a fim de garantir a vinculação de recursos como uma decorrência do compromisso e da responsabilidade que o Estado brasileiro tem de assegurar o direito à educação e à saúde a cada cidadão", finaliza.

Veículo: Política Livre	
Data: 25.02.2021	Caderno: Economia



24 de fevereiro de 2021 | 16:24

Aeronaves do Estado retomam transporte de vacinas contra covid-19

BAHIA

Seis aeronaves da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador retomaram, na tarde desta quarta-feira (24), o transporte de vacinas contra a covid-19. Trinta cidades receberão os imunizantes até o início da noite.

Assim que os quatro aviões e dois helicópteros pousarem com as doses nos municípios, a Polícia Militar realizará escoltas até locais determinados pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Com apoio da Polícia Civil, os pontos de armazenamento contarão com reforço das patrulhas ostensivas e de ações de inteligência.

“Vamos novamente com força total para garantir que as vacinas contra o novo coronavírus cheguem de forma rápida e segura a todas as cidades baianas”, enfatizou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 25/02/2021	Caderno: Economia



Banco do Brasil ajudará Estados e municípios a cobrar tributos via PIX

André Ítalo Rocha

25 de fevereiro de 2021 | 05h01

Crédito da foto: Nilton Fukuda/Estadão

O Pix, que já é usado pelo governo federal para facilitar o pagamento de impostos federais, começa a avançar também para Estados e municípios. Alguns deles, como o Estado de São Paulo, têm se preparado para incluir o Pix como uma alternativa para o recolhimento de tributos locais, como o ICMS (estadual) e o IPTU (municipal), por meio de uma solução desenvolvida pelo Banco do Brasil.

Instantâneo. A solução do banco permite que o contribuinte faça a quitação do tributo através de um QR Code, que pode ser pago através do aplicativo de qualquer instituição financeira que tenha o Pix, não apenas pelo BB. Além de São Paulo, estão em fase de integração à tecnologia os estados do Piauí e do Acre. Entre os municípios, estão Eusébio, no Ceará, São José dos Campos, no interior paulista, Uberlândia, em Minas Gerais, e Linhares e Vila Velha, ambas no Espírito Santo.

Esta nota foi publicada no Broadcast+ no dia 24/02/2021

O Broadcast+ é a plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

*Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, acesse
<http://www.broadcast.com.br/produtos/broadcastplus/>*

Senado aprova R\$ 3,5 bilhões para internet em escolas públicas

Relator do projeto afirma que pandemia aumentou desigualdades sociais; proposta vai à sanção presidencial

Renato Machado e Thiago Resende

BRASÍLIA O Senado aprovou na terça-feira (23) projeto de lei que prevê o repasse de R\$ 3,5 bilhões da União para estados e municípios para que apliquem em ações para melhorar o acesso à internet de alunos e professores do ensino público.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia passado pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A proposta que veio da Câmara dos Deputados previa que os repasses deveriam ser feitos até domingo (28).

O relator Alessandro Vieira (Cidadania-SE), no entanto, promoveu uma emenda de redação — que suspenso altera o texto e não seu mérito — para ajustar a data limite, que passa a ser 30 dias após a sanção presidencial.

Os recursos serão repassados aos estados e municípios para ações que garantam o acesso à internet aos estudantes e aos professores das redes públicas de ensino, em razão da pandemia da Covid-19.

Segundo o texto, serão beneficiados pelas ações os alunos das redes públicas de ensino estaduais e municipais de famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)).

O projeto também busca beneficiar os alunos matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, e os professores da educação básica das redes públicas de ensino estadual e municipal.

"A respeito do mérito educacional da iniciativa, mereço ênfase ao fato de a pandemia e as respectivas medidas de distanciamento social terem evidenciado mais um aspecto da perversidade de nossas desigualdades sociais, de modo específico atinente ao acesso à educação", escreveu Vieira em seu relatório.

"Enquanto as escolas privadas de educação básica, principalmente de nível fundamental e médio, em grande parte voltadas para os estratos de maior renda, adaptaram-se, de modo geral, com celeridade à situação provocada pela suspensão das aulas presenciais, no ensino público o que se viu foram esforços mais lentos e muitas vezes de menor sucesso na oferta de ensino remoto", completa.

Os recursos que não forem aplicados até 31 de dezembro de 2021 ou que não seguirem a lei deverão ser restituídos pelos estados e municípios até 31 de março de 2022.

O dinheiro poderá ser usado para que os beneficiários possam contratar soluções de conectividade móvel para a realização e acompanhamento de atividades pedagógicas remotas, vinculadas aos conteúdos curriculares.

Alunos dos ensinos médio e fundamental e professores também de ensino médio e fundamental, nessa ordem, terão prioridade.

Metade dos R\$ 3,5 bilhões deverá ser destinada à compra de tablets e equipamentos portáteis que possibilitem acesso a rede de dados móveis pelos beneficiários.

O projeto de lei também afirma que esses equipamentos poderão ser fornecidos aos professores e alunos, de maneira permanente ou temporária, mas desde que seja individual e intransferível.

Estados poderão contratar internet fixa para melhorar a conectividade em casas ou comunidades, mediante comprovação de custo-efetividade ou quando redes móveis não estiverem disponíveis na localidade de moradia dos estudantes.

Excepcionalmente, os estados poderão usar o dinheiro para contratar serviços de acesso à internet em banda larga para escolas, quando considerado essencial para a aprendizagem.

As fontes de recursos para a transferência serão o Orçamento da União, o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e o saldo correspondente a metas não cumpridas dos planos gerais de universalização firmados entre o responsável pela concessão de serviços de telecomunicações e as telefônicas, além de outras.



Sambódromo em SP vazio no fim de semana do Carnaval Edson Lopes Jr./UOL

Sem Carnaval em SP, Promotora apura repasse da prefeitura a escolas de samba

Um dia após o cancelamento dos desfiles na capital, R\$ 20,4 milhões foram reservados para pagamento de parcelas para agremiações

Gabriela Bonin

SÃO PAULO | AGORA O Ministério Público instaurou, nesta segunda (22), um procedimento para apurar eventuais irregularidades no repasse de R\$ 33 milhões pela Prefeitura de São Paulo, sob gestão de Bruno Covas (PSDB), para escolas de samba e agremiações.

Um dia após o anúncio de cancelamento oficial dos desfiles deste ano, por causa da pandemia do novo coronavírus, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo reservou R\$ 20,4 milhões para finalizar o pagamento de despesas com o Carnaval de 2021. O valor é referente às parcelas 3, 4, 5, 6 e 7 do contrato firmado com a SPTuris (São Paulo Turismo), segundo publicado no Diário Oficial da cidade em 13 de fevereiro.

O restante do valor, que totaliza R\$ 33 milhões, havia sido pago em duas parcelas no fim de 2020. O repasse é classificado como "contratação de serviços de apoio institucional ao Carnaval Paulistano 2021, referentes às apresentações de espetáculos artísticos e culturais por agremiações, escolas, blocos e cordões carnavalescos".

R\$ 33 mi é o total de repasses apurados pelo Ministério Público

R\$ 1,2 mi é o quanto deve receber cada escola do Grupo Especial, de acordo com contrato

Com o valor, a SPTuris fica responsável pelo pagamento das escolas de samba e grupos. De acordo com o que estabelece o contrato, cada uma das 14 escolas de samba do Grupo Especial de São Paulo recebe R\$ 1,2 milhão. As escolas do Grupo de Acesso 1 recebem R\$ 847 mil e as do Grupo de Acesso 2, R\$ 186 mil.

Em nota, o Ministério Público esclarece que a investigação de possíveis irregularidades contratuais foi distribuída para a promotora de justiça Karlyna Mori. Segundo o órgão, o procedimento "está na fase inicial e não virou inquérito ainda".

A assessoria da Liga-SP (Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo) afirmou que não houve repasse de R\$ 33 milhões, mas das parcelas de 2020, conforme relatórios da prefeitura.

A Prefeitura de São Paulo disse, em nota, que ainda não foi notificada sobre a investigação do Ministério Público e quando o for prestará todos os esclarecimentos. A gestão Bruno Covas foi questionada sobre porque fez os pagamentos e a reserva de recursos, se o Carnaval foi cancelado, mas não respondeu até a conclusão desta edição.



Reinício das aulas na Escola Municipal Suíça, na zona norte do Rio Fabiano Rocha/Agência O Globo

Agência dos EUA analisa vacina da Janssen e comprova eficácia de 72%

Ana Bottallo

SÃO PAULO A agência norte-americana que regulamenta os medicamentos e produtos alimentares nos Estados Unidos, FDA, divulgou, nesta quarta (24), uma análise de eficácia da vacina em dose única da Janssen, braço do laboratório Johnson & Johnson, contra a Covid. O resultado aponta que o produto tem eficiência global de 72%, seis pontos percentuais acima do indicando preliminarmente.

Em uma avaliação divulgada no dia 29 de janeiro, a vacina produzida a partir de um adenovírus (vírus de resfriado comum) e chamada Ad26.Cov2.S — abreviação para adenovírus 26 Sars-Cov-2 proteína S —, havia apresentado eficácia global de 66%, mas com proteção de até 85% contra casos graves da doença. Esses dados se referiam aos voluntários avaliados nos EUA.

Um segundo estudo na América Latina havia apontado para eficácia de 66% em impedir hospitalização, enquanto um subgrupo sul-africano teve uma pequena queda na eficácia, de 57%.

Agora, os dados de 45 mil voluntários foram reanalisados pelo FDA e apontaram para uma eficácia global de 72%, seis pontos percentuais acima do indicando preliminarmente, e 64% na África do Sul, onde uma nova variante mais contagiosa e com possibilidade de escape da resposta imunológica surgiu e é dominante atualmente.

Na nova análise, a proteção contra casos graves da doença subiu para 86% nos EUA, enquanto na África do Sul a mesma proteção foi de 82%, o que reduz em muito o risco de morte.

Há também fortes indícios de que a vacina pode ajudar a impedir a transmissão pe-

lo vírus em pelo menos 74%, embora os dados de voluntários assintomáticos ainda são muito pequenos para assegurar com certeza.

Agora, o FDA pretende aprovar o imunizante até sábado (27), e a farmacêutica disse que já teria quatro milhões de doses prontas para entrega. A vacina tem também a vantagem de ser armazenada em geladeiras comuns, em temperaturas de 2° a 8° C, o que torna sua distribuição e utilização mais fáceis.

O virologista Dan Barouch, do Centro Médico Beth Israel Deaconess, em Boston, disse que com a vacina da Janssen será possível acelerar a vacinação nos EUA e no mundo. O centro médico participou da pesquisa e desenvolvimento da vacina da J&J.

Na América Latina, o estudo da Janssen foi conduzido na Colômbia, no Chile, no México, no Peru e no Brasil.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mau sinal

Anulação de provas contra Flávio Bolsonaro pelo STJ tende a ser devastadora para as investigações

Causou justificada apreensão a decisão do Superior Tribunal de Justiça que anulou provas apresentadas por promotores do Rio de Janeiro contra o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), anunciada na terça-feira (23).

Quinta Turma do STJ considerou ilegal a quebra de sigilo bancário e fiscal do filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, determinada numa investigação sobre desvios em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio.

A maioria do colegiado seguiu a opinião do ministro João Otávio de Noronha, deixando isolado o ministro Félix Fischer, relator do caso de Flávio e das ações da Operação Lava Jato no tribunal.

Na visão de Noronha e dos que o acompanharam, o juiz de primeiro grau que autorizou a devassa nas contas do filho do presidente não fundamentou a decisão adequadamente, limitando-se a endossar as razões dos promotores.

A menção pareceu suficiente a Fischer, combinada com o fato de que o juiz ratificara a medida em despacho mais detalhado depois, mas a maioria da turma concluiu que ele o fizera tarde demais.

Os efeitos da decisão do STJ tendem a ser devastadores para o trabalho dos promotores do Rio, que há dois anos investigam o envolvimento de Flávio com o chamado esquema da rachadinha.

O Ministério Público aponta o

filho de Bolsonaro como chefe de uma organização que teria desviado R\$ 6 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa, apropriando-se de parte dos salários de servidores do seu gabinete.

Graças à quebra do sigilo, surgiram evidências de que o senador movimentou grandes quantias em espécie, usando parte dos recursos para custear despesas pessoais e fazer negócios com imóveis.

Em decorrência da decisão do STJ, podem vir a ser anuladas outras provas obtidas pelos promotores de volta à estaca zero e tornaria inviável a reconstrução do caso.

Além do risco de impunidade, a medida preocupa por causa de outras motivações em jogo. Autor da tese que prevaleceu na turma, Noronha tem buscado aproximação com o Planalto e sonha com a vaga que em breve se abrirá no Supremo Tribunal Federal, com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello.

Não há dúvida de que compete ao Judiciário zelar para que investigações criminais não incorram em abusos que, infelizmente, contam muitas vezes com o olhar complacente dos magistrados.

Mas o uso dessas garantias como escudo para que o filho de Bolsonaro escape ao rigor da Justiça aponta direção perigosa — e enfraquece barreiras que os tribunais têm erigido para conter os impulsos autoritários do chefe do Executivo.

Auxílios locais

Com caixa reforçado pela ajuda federal, estados e municípios têm papel a cumprir na pandemia

Pressões políticas, econômicas e sociais convenceram o governo Jair Bolsonaro a renovar o auxílio emergencial, em formato ainda a ser definido. Estados e municípios, contudo, podem e devem engajar-se no esforço de minorar as perdas da população pobre com a paralisação de atividades na pandemia.

A cidade de São Paulo avança nessa direção, com o prefeito Bruno Covas (PSDB) e a Câmara Municipal prorrogando por três meses o pagamento mensal de R\$ 100 a paulistanos cadastrados no Bolsa Família. O projeto foi aprovado nesta quarta-feira (24).

Governos estaduais e municipais deveriam seguir o exemplo e ajudar aqueles que, por penúria crônica ou desemprego induzido pela epidemia, se veem sem meios de prover o básico para familiares. No que estiver ao seu alcance, por certo, porque não se trata de abraçar medidas demagógicas à custa da prudência orçamentária.

Várias administrações regionais e locais estão em situação de fazer o seu risco para o equilíbrio fiscal. O economista Marcos Mendes, colunista da Folha, calculou que o pacote federal de ajuda aos governos regionais tenha ultrapassado, até setembro, em R\$ 36 bilhões as perdas de arrecadação e dispên-

dios extraordinários desses entes.

A pandemia onerou cofres federais de maneira desproporcional ante estados e municípios, que puderam melhorar suas finanças no período. Com o agravamento pronunciado das infecções e mortes por Covid, chegou o momento de estes também darem contribuição para amparar quem sofre o impacto mais doloroso das incontornáveis restrições às atividades empresariais e à mobilidade social.

Dá-se por suposto que as condições variam muito de governo a governo e que o programa possível, sem comprometer os cofres públicos, terá valor e duração diferente em cada lugar. Se governadores e prefeitos se acomodarem, contudo, cabe a deputados estaduais e vereadores tomarem a iniciativa.

A esses parlamentares compete ainda buscar que a ajuda cabível contemple o maior número possível de famílias necessitadas. No caso paulistano, infelizmente, estima-se que haja 320 mil domicílios que se enquadrariam nos critérios do Bolsa Família e não se encontram nele cadastrados.

É imperioso enviar esforços para que ninguém fique sem esse salva-vidas no pior momento da pandemia, resultado direto da negligência e da inépcia federais.



E a pandemia?

Gabriela Prioli

SÃO PAULO Estávamos em março de 2020 quando eu disse que a estratégia de Bolsonaro para (não) lidar com a pandemia seria esperar que as medidas impostas por governadores e prefeitos funcionassem a ponto de garantir que a crise de saúde desse lugar à crise econômica. Ai, poderia dizer que a culpa da miséria vivenciada por muitos brasileiros na resaca da pandemia era responsabilidade de todos, menos dele, que, embora presente, havia tido as suas mãos amarradas pelo STF.

Esse discurso começa a degringolar com a atitude tresloucada de se contrapor à vacina. Mesmo quem tem método sucumbe à própria vaidade. Ora, a vacina é a forma que temos hoje de pensar no retorno à normalidade. Esse era, supostamente, o desejo de um presidente que falava contra o isolamento. Por culpa de Bolsonaro, entretanto, não temos vacinas.

E, se não temos vacinas, temos uma segunda onda, que, ao deixar sem ar os pacientes de Manaus, escancarou a incompetência do governo. Temos hoje em São Paulo a mai-

or ocupação de leitos de UTI desde o início da pandemia. A Bahia já tem 80% dos leitos ocupados. No Rio de Janeiro a situação é ainda pior.

Podem ser coincidência, mas é curioso que, num ponto crítico da segunda onda, estejamos discutindo o discurso antidemocrático que levou à prisão de um aliado do governo e à interferência do presidente na Petrobras, que depois virou afago nas redes ao ministro Paulo Guedes. Para animar uma torcida liberal recentemente frustrada, o presidente falou até em privatização, coisa que ele parecia ter esquecido de defender quando aglomerou com apoadores no Ceagesp.

Os assuntos são todos relevantes, merecem discussão. O tema principal, entretanto, continua sendo a pandemia, que já causou 250 mil mortes num país que ainda não resolveu como vai vacinar a sua população.

Bolsonaro, ao pautar as nossas discussões, constrói o cenário adequado para edificar sobre a nossa falta de estratégia o alicerce da narrativa que lhe favorece.

Sobrevivendo em Brasília

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Poucas coisas movimentam tanto o Congresso quanto a força-tarefa que tenta mudar as leis que mexem com a vida política dos parlamentares. A ideia é reformar regras ultrapassadas e conter abusos, mas o esforço abre caminho para perdoar o caixa dois, blindar deputados e livrar prefeitos que fazem barbaridades com dinheiro público.

Logo nas primeiras semanas de atividade, os parlamentares lançaram um grupo de trabalho para reformar a legislação eleitoral. O Congresso faria um bem ao país se criasse regras modernas para a propaganda e o financiamento de campanhas. Os deputados, no entanto, também querem discutir retrocessos que interessam principalmente à sua sobrevivência política.

Voltaram ao debate monstrosos como o distrito, que enfraquece os partidos políticos e facilita a eleição de aventureiros para o Legislativo, e a flexibilização da cláusula de barreira, que impediria o engajamento do número de siglas nuncas.

Segundo os deputados, também

podem entrar na pauta mudanças para aliviar punições por caixa dois, um sonho antigo de muitos parlamentares. Além disso, eles estudam mexer na Lei da Ficha Limpa — que tem regras defeituosas, mas pode acabar desfigurada.

Os deputados elaboraram ainda a PEC da Imunidade. De um lado, ela acaba com aberrações como a possibilidade de um tribunal de instância inferior afastar um parlamentar do mandato. De outro, dificulta prisões e impõe um excesso de restrições nas investigações contra políticos. Na prática, cria uma blindagem e abre caminho para imitadores do golpista Daniel Silveira.

Na Câmara, já se fala também em liberar o nepotismo e em afrouxar as punições contra políticos por improbidade administrativa. Esta mudança pode fazer a festa de prefeitos interessados em gastar dinheiro público sem prestar contas. A ideia tem o apoio de Jair Bolsonaro, que tenta fortalecer sua base eleitoral nos municípios. "Alguma coisa vai ser mudada, pode deixar", avisou.

O guarda da esquina

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Depois do decreto que pretende flexibilizar o acesso às armas e que só tem o intuito de abastecer milícias bolsonaristas, temos mais um capítulo de "como as democracias morrem". Um grupo criou uma tal Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil, que nada tem com a OAB, mas com o compromisso de intimidar críticos ao governo.

Por meio de um comunicado nas redes sociais, ameaça processar "todos" que ofenderem Bolsonaro, sua família e integrantes da administração: "vamos derrotar o mal". O "mal", como sabemos, é a liberdade de expressão garantida pela Constituição, que dá aos brasileiros o direito de fiscalizar, questionar, desaproveitar e esculhambar até o ocupante do cargo mais importante do país.

Os ataques de Bolsonaro a seus opositores empoderaram essa gente cafona e, certamente, desocupada, que pretende promover uma cruzada contra políficos de oposição, artistas, professores e, claro, jornalistas, os que estão em primeiro plano na

mira da seita criada pelo presidente.

Se o ministro da Justiça usa sua caneta para perseguir profissionais como está fazendo com meus colegas Ruy Castro e Hélio Schwartzman, por que um grupo de gente ressentida e ignorante, mas com diploma de advogado, não faria o mesmo? Sigamos o mestre, devem pensar.

Podem parecer meia dúzia de alprados, mas é exatamente como têm sido tratados grupos envolvidos em manifestações pró-golpe militar e em disparos de fake news. As instituições, por enquanto, têm barrado os ímpetos golpistas do presidente, mas não podemos dizer o mesmo sobre seus seguidores. Somos testemunhas do como a democracia vem sendo corroída pelas bordas — e por gente aparentemente insignificante.

Sempre bom lembrar do vice-presidente Pedro Aleixo, em 1968, que foi a única voz discordante da atrocidade do AI-5. "O problema é o guarda da esquina". Como sabemos, este governo está cercado cada vez mais de gente assim, em cada esquina do país.

Não é o que eles dizem

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada do USP. Escreve às quintas

Na versão de seu relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), a proposta da emenda emergencial à Constituição, entre várias iniciativas para lidar com o presente aperto fiscal, extingue os pisos obrigatórios do gasto público com saúde e educação, assegurados na Carta de 1988.

A discussão sobre o tema não diz respeito ao reconhecimento das severíssimas limitações daquilo que o governo pode desembolsar sem comprometer sua capacidade política e administrativa ou travar de vez o já trópego andar da economia. São os nefelibatas — com ou sem diploma em ciências econômicas — podem imaginar que limites fiscais são perversas invenções do neoliberalismo.

Tampouco se trata de debater sobre liberdade de escolha, em que um imaginário prefeito governaria melhor se pudesse decidir por conta própria, despendendo mais com a crescente população idosa do que com escolas de primeiro grau cuja clientela mingotou. Só pode achar que esse é o dilema quem se imagina no país de Birgitta Nyborg, a simpática primeira-ministra dinamarquesa da série Borgen, da Netflix.

Não é demais lembrar a maneira pela qual instrumentos tão pesados — toscos, em português claro —, como as vinculações mandatárias, adentram a Constituição. No texto original, saúde, Previdência e assistência social foram reunidas sob o mesmo princípio do direito universal à seguridade, garantido por um Orçamento único. No percurso da teoria à prática, descobriu-se porém que o cobertor era curto demais: para atender à Previdência, era comum deixar a saúde desidratada — em plena montagem do SUS. Por isso, não por uma perversa maquiagem antiliberar, a EC (emenda constitucional) número 29 criou o piso de gasto.

Já a vinculação obrigatória de recursos à educação é anterior aos trabalhos da Constituinte: foi introduzida pelas chamadas emendas Passos Porto (EC 23/83) e João Calmon (EC 24/83), ambas visando assegurar recursos permanentes ao sistema público de ensino, nos três níveis da Federação. Incorporada à Carta, a vinculação foi aprimorada com a criação do Fundeb em 1996 e sua transformação em Fundez, dez anos depois. A meta sempre foi assegurar financiamento adequado e prover estímulos para reduzir o vergonhoso atraso educacional brasileiro.

Os pisos de gasto em saúde e educação destinaram-se a proteger as duas áreas da inevitável disputa por recursos quando as demandas são muitas; os interesses, divergentes; e o dinheiro, curto. Ou seja, uma forma de dizer que aquelas devem ser políticas de Estado, com estabilidade e permanência asseguradas, acima — e apesar — das intencções dos governantes de turno.

mherminta@gmail.com

Estados só poderão exigir diferencial de ICMS até 2022

Adicional do imposto incide sobre vendas de comércio eletrônico

Por Joice Bacelo — Do Rio

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ministro Marco Aurélio: lei complementar é condição para os Estados poderem cobrar o adicional do imposto — Foto: Divulgação/STF

O Supremo Tribunal Federal decidiu ontem contra a possibilidade de os Estados cobrarem o diferencial de alíquotas (Difal) de ICMS no comércio eletrônico. A maioria

dos ministros entendeu que há necessidade de uma lei complementar federal para regulamentar o tema - o que ainda não existe. O placar foi apertado: fechou em seis a cinco.

Os ministros aplicaram à decisão, no entanto, a chamada “modulação de efeitos”, o que faz com que tenha validade somente para o futuro. Foi fixado, também por maioria de votos, que a proibição da cobrança se inicia em 2022.

Neste ano, portanto, os Estados podem continuar com a cobrança do Difal e ainda fazer pressão para que o Congresso Nacional edite a lei complementar necessária.

A modulação de efeitos não atinge, no entanto, as empresas do Simples Nacional nem os contribuintes que têm ações judiciais em andamento. Advogados afirmam que todos os grandes players do varejo com operação em vários Estados e vendas on-line de bens para consumidores finais têm processos contra o diferencial.

A discussão sobre o Difal se deu em torno da Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que permitiu aos Estados do destino da mercadoria cobrarem um diferencial de alíquota de ICMS nas operações destinadas a consumidores finais, contribuintes ou não do imposto.

A alíquota varia conforme o Estado de origem e de destino do produto. Uma varejista estabelecida em São Paulo, por exemplo, que vende um micro-ondas para um consumidor residente no Ceará, precisa recolher o ICMS para o Fisco paulista e a Difal para a Fazenda cearense.

A discussão era saber se essa emenda constitucional pressupõe a edição de lei complementar para dispor das normas gerais do Difal ou se os Estados podem, por si só, fazer as cobranças.

Os ministros julgaram esse tema por meio de dois processos. Um deles é o RE 1287019, em repercussão geral. Esse recurso começou a ser analisado no Plenário Virtual da Corte. O relator, ministro Marco Aurélio, havia votado a favor das empresas, exigindo lei complementar como condição para os Estados poderem cobrar o adicional do imposto.

Naquela ocasião, ainda no ambiente virtual, o ministro Dias Toffoli apresentou pedido de vista. Ele optou por levar a discussão para o plenário físico, que atualmente ocorre por meio de videoconferência, e colocou em pauta, para julgamento conjunto, a ADI 5469, que trata sobre o mesmo tema e é de sua relatoria.

Essa ação direta de inconstitucionalidade foi apresentada pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico contra cláusulas estabelecidas no Convênio ICMS nº 93, de 2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

Em novembro, em votação por videoconferência, Marco Aurélio confirmou o voto já proferido no Plenário Virtual, e Toffoli concordou, afirmando que a Lei Kandir, que trata de ICMS, não dispõe de normas suficientes para a hipótese das vendas interestaduais a um consumidor final que não é contribuinte do imposto.

“Antes da Emenda Constitucional de 2015, o remetente devia apenas ao Estado de origem. Com a emenda, passou a ter suas relações tributárias, uma com base na origem e a outra com o Estado de destino”, disse na ocasião, acrescentando que, agora, cabe à lei complementar dispor de normas gerais para serem evitados conflitos entre os Estados.

O julgamento do mês de novembro foi suspenso por um novo pedido de vista, apresentado pelo ministro Nunes Marques. Era o seu primeiro dia como ministro em uma sessão do STF e ele pediu mais tempo para estudar a matéria.

Nunes Marques, ao abrir a sessão de ontem, divergiu dos relatores, votando de forma favorável aos Estados. Para ele, não seria preciso uma lei complementar federal porque não houve, com a EC 87, a instituição de um novo imposto ou a incidência de um tributo sobre operações anteriormente não tributadas.

“O que existe é a mera redistribuição do que anteriormente já era cobrado. Uma repartição de receita”, afirmou ao votar.

O ministro Gilmar Mendes também entendeu que não seria necessária a edição de lei complementar. Já os ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux concordaram, mas ressalvaram os contribuintes que estão no Simples Nacional. Para esses, o Difal não poderia ser aplicado.

Os demais ministros que integram a Corte - Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber e Cármen Lúcia - concordaram com os votos de Marco Aurélio e Dias Toffoli, formando a maioria. "Trata sobre base de cálculo e creditamento. São matérias, entendo, reservadas à lei complementar", disse Barroso.

[Ver comentários](#)

Mais do Valor **Econômico**

Por que quem tomou a vacina contra covid-19 ainda deve continuar usando máscara

Nosso organismo pode levar quase dois meses para construir seu próprio escudo após o início da vacinação



Juro médio das operações de crédito sobe em janeiro e inadimplência segue em 2,1%

Taxa cobrada das pessoas jurídicas passou para 13,4% enquanto, para as pessoas físicas, correspondeu a 24,3%



25/02/2021 10:25 — Em Finanças

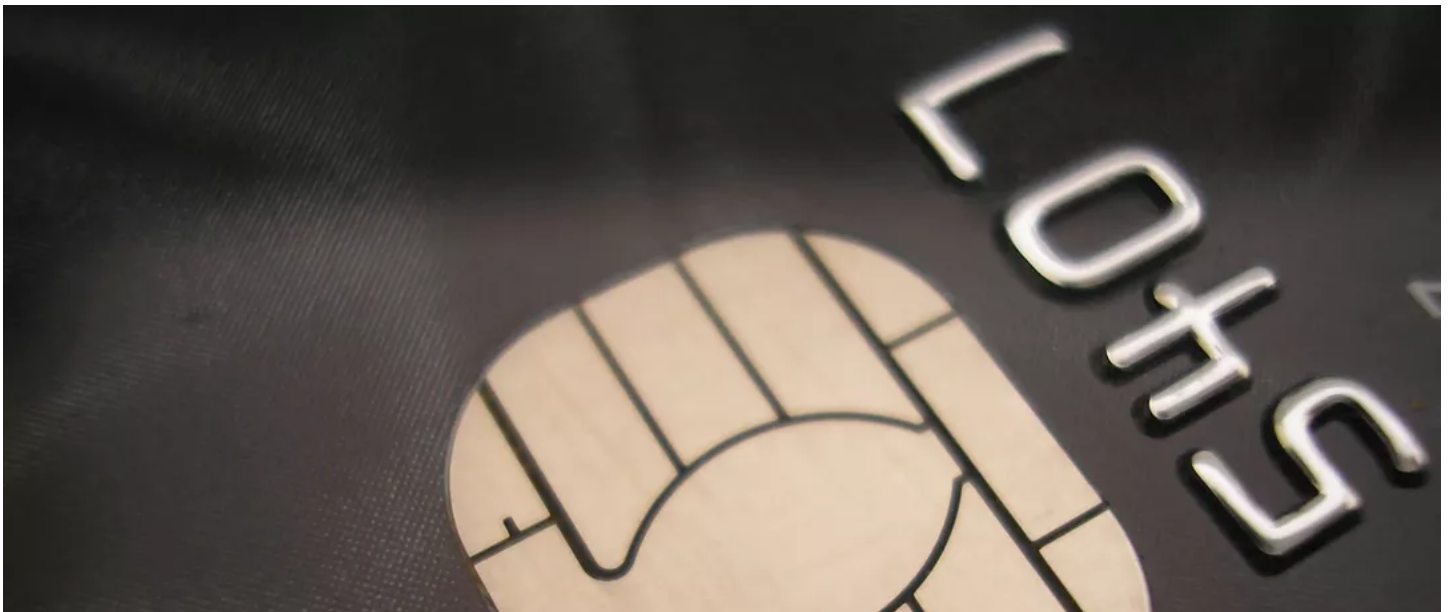
Novos acionistas mudam nome e marca da Thyssenkrupp Elevadores um ano após compra

Divisão que era do grupo alemão Thyssenkrupp foi denominada como TK Elevator por consórcio formado pelos fundos Advent e Civen e a fundação RAG; TKE será marca mundial

25/02/2021 10:19 — Em Empresas

Juro do cartão de crédito vai a 311,7% em janeiro para cliente regular

Taxa do parcelado do cartão saiu de 148,9% para 161,5% do fim de 2020 para o início do calendário atual



25/02/2021 10:18 — Em Finanças

Vacina da Pfizer reduz casos sintomáticos em 94% em Israel, mostra estudo

Os resultados no “mundo real” estão de acordo com o ensaio clínico realizado pelos fabricantes



25/02/2021 10:03 — Em Mundo

Estoque de crédito fica estável em R\$ 4,02 trilhões em janeiro, aponta BC

Como proporção do PIB estimado pela autoridade monetária, o estoque de operações foi para 54,1%



25/02/2021 10:00 — Em Brasil

Prejuízo da Moderna sobe 121% no 4º trimestre, mas receita fica 40 vezes maior

A farmacêutica desenvolveu uma vacina contra a covid-19 que está sendo aplicada nos Estados Unidos



25/02/2021 09:53 — Em Empresas

Suzano e Spinnova formam joint venture para atuar no mercado de fibras têxteis

Empresas terão participações iguais de 50% na nova empresa, que terá equipe própria para comercialização de seus produtos

25/02/2021 09:49 — Em Empresas

[VEJA MAIS](#)

Proposta revoga linha de crédito usada para pagar precatórios

União não quer arcar com o custo de refinanciar dívida de R\$ 104 bilhões

Por **Fabio Graner e Beatriz Olivon** — De Brasília

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O relatório da PEC emergencial apresentado ontem pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) revoga um dispositivo constitucional que determinava à União abrir linha de crédito para o financiamento do pagamento de dívidas relativas a precatórios (dívidas judiciais) dos Estados. A determinação é de 2017, mas não vem sendo cumprida porque nunca houve regulamentação e a União não quer arcar com o custo elevado.

Os Estados e municípios têm um estoque de R\$ 104 bilhões de precatórios a pagar até 2024, prazo definido na emenda constitucional. A União tinha que oferecer a linha de crédito a partir de junho de 2018, e, conforme alegam Estados e municípios em ação apresentado no Supremo Tribunal Federal (STF), há “omissão constitucional”.

Para a equipe econômica, que sugeriu a medida para Bittar, o valor é muito grande, o governo já fez uma série de medidas para ajudar os Estados e ainda entrou em vigor o novo Plano Mansueto, que dá uma margem grande para reestruturação de dívidas de Estados. Por isso, a visão é que não teria sentido o governo federal ficar com mais essa obrigação.

Segundo o presidente da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Gouveia, o tema não tem relação com a PEC emergencial. Por

isso, a Ordem pretende enviar um ofício para os senadores explicando porque o assunto não deveria ser discutido agora. “Queremos resolver o endividamento antigo através de um alongamento do financiamento para injetar recursos na economia sem uma dívida nova”, afirmou Gouveia.

Ele lembra que uma solução para a linha de crédito da União vem sendo elaborada dentro de um grupo de trabalho criado pelo STF). A iniciativa foi do ministro Dias Toffoli, relator de ação sobre o tema proposta pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Uma das alternativas que surgiu no grupo de estudos é incentivar que a União dê garantias para que Estados e municípios peguem financiamentos privados. Mas isso pode ser prejudicado pela PEC emergencial, segundo Gouveia. “No momento que tirar a obrigação da União de dar linha de crédito ela vai perder o interesse de participar da tratativa da solução”.

O diretor institucional do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), André Horta, disse que o fórum é contra essa revogação. “Embora nunca tenha sido aplicado o comando pela linha de crédito, nossa posição é pela manutenção dessa linha de crédito, no sentido de que isso resolve a imprevisibilidade dos nossos orçamentos, do cumprimento de teto e de metas”, afirmou.

Apesar do consenso entre os Estados, o **Valor** apurou que alguns secretário não querem a linha por achar que isso prejudica a negociação com deságio dessas dívidas.

“É muito inoportuno isso. O governo sair da mesa não favorece ninguém”, afirmou Marco Antonio Innocenti, presidente da Comissão de Precatórios do Instituto dos Advogados de São Paulo e sócio do escritório com seu nome. “O governo está dando as costas para uma iniciativa do Supremo e também para Estados e municípios, porque a situação deles ficará muito difícil”.

De acordo com o advogado, se a União criar essa linha, os entes precisarão tomar crédito na iniciativa privada e para isso ainda precisam do aval do governo federal. “[A linha de crédito] Nunca foi implementada voluntariamente. Mas há uma

controvérsia constitucional porque Estados e municípios entendem que esse financiamento deveria ter sido concedido e é inconstitucional a União não conceder”, afirmou Innocenti.

O que o governo tenta fazer, segundo ele, é uma “não solução”. Para o advogado, excluir os precatórios não faz sentido, porque um dos problemas antes da pandemia já era a dificuldade de financiá-los.

Para o advogado-sênior do escritório Bichara Advogados, Thiago Marques, a revogação do dispositivo elimina a parte da União no entendimento feito em 2017 quando a emenda constitucional foi aprovada. “O que surpreende é este descompasso entre manter o compromisso de pagamento pelos Estados mas em tese revogar a parcela que caberia à União”, disse.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Vacina da Pfizer reduz casos sintomáticos em 94% em Israel, mostra estudo

Os resultados no “mundo real” estão de acordo com o ensaio clínico realizado pelos fabricantes

25/02/2021 10:03 — Em Mundo

Estoque de crédito fica estável em R\$ 4,02 trilhões em janeiro, aponta BC

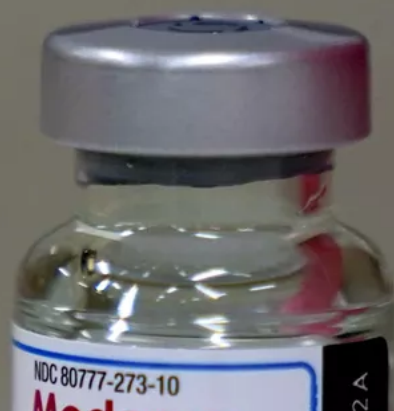
Como proporção do PIB estimado pela autoridade monetária, o estoque de operações foi para 54,1%



25/02/2021 10:00 — Em Brasil

Prejuízo da Moderna sobe 121% no 4º trimestre, mas receita fica 40 vezes maior

A farmacêutica desenvolveu uma vacina contra a covid-19 que está sendo aplicada nos Estados Unidos



25/02/2021 09:53 — Em Empresas

Suzano e Spinnova formam joint venture para atuar no mercado de fibras têxteis

Empresas terão participações iguais de 50% na nova empresa, que terá equipe própria para comercialização de seus produtos

25/02/2021 09:49 — Em Empresas

BR Distribuidora e Lojas Americanas vão criar nova empresa para atuarem em conveniência

Marca BR Mania será mantida nas lojas dos postos; fora desses estabelecimentos, a empresa utilizará a marca Local

Bayer tem prejuízo de 10,5 bilhões de euros após acordo relacionado ao glifosato

Em 2020, a empresa comprometeu-se a pagar US\$ 10,9 bilhões para finalizar 90 mil ações movidas por vítimas de contaminação pelo herbicida

25/02/2021 09:42 — Em Agronegócios

Dólar e juros futuros sobem com atenção a leilão e Treasuries

Investidores continuam atentos à agenda de reformas e ao debate sobre o auxílio emergencial



25/02/2021 09:37 — Em Finanças

Petróleo sobe enquanto mercado espera reunião da Opep+ na próxima semana

Dólar mais fraco após comentários de Powell e perspectiva mais favorável para a commodity ajudam a sustentar preços



25/02/2021 09:35 — Em Finanças

[VEJA MAIS](#)

Secretário de Desestatização prevê capitalização da Eletrobras em dezembro

Secretário especial do Ministério da Economia alerta que não há espaço para concessões

Por Daniel Rittner — De Brasília

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 2 horas

A capitalização da Eletrobras - com recursos exclusivamente de acionistas privados - deverá ocorrer em dezembro, segundo o cronograma traçado pelo governo.

“É [um cronograma] desafiador. Não estou dizendo que vai ser fácil. Qualquer mandado de segurança pode fazer escorregar para o ano que vem, mas precisamos ter metas agressivas”, afirmou ontem o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

A contratação de estudos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), depois que a Eletrobras for incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), deverá ser concluída em meados de abril.

“Os estudos vão se concentrar na ‘due dilligence’ porque o valor das ações está mais ou menos dado”, disse o secretário. Para ele, a medida provisória enviada na terça-feira ao Congresso Nacional não é um simbolismo político, mas significa ganho concreto de tempo lá na frente. “Se mantivéssemos a estratégia [do projeto de lei], a operação aconteceria só em 2023. A MP nos permite colocar a bola em campo imediatamente.”

A chamada de capital à qual Mac Cord se refere não será acompanhada pela União, hoje acionista majoritária da Eletrobras, fazendo com que os investidores privados assumam o controle da empresa. O secretário preferiu não fazer estimativas de qual será o percentual de ações nas mãos da União - Tesouro, BNDES e BNDESPar - depois da operação.

A MP modifica pontos do projeto de lei encaminhado em 2019, que ficou parado na Câmara dos Deputados. Ela retomou a proposta de “golden share” (ação especial com direito a veto da União em decisões estratégicas) e viabiliza a transferência de mais de R\$ 5 bilhões nos próximos dez anos, em iniciativas específicas para as regiões Norte e Sudeste, como forma de driblar resistências dos parlamentares. O texto também repete previsão do projeto em tramitação ao alocar R\$ 3,5 bilhões - igualmente distribuídos ao longo de uma década - da Eletrobras para a revitalização do rio São Francisco.

Mac Cord transmitiu um recado aos congressistas, porém, de falta de espaço para ampliar essas concessões. “Não dá para ter mais compensações”, disse o integrante

da equipe econômica, enfatizando que a Eletrobras precisará de recursos para se modernizar e retomar investimentos em expansão.

No passado, discutiu-se até a possibilidade de fixar em lei a prerrogativa da União de indicar o presidente do conselho de administração da Eletrobras já privatizada. Isso não está na MP e Mac Cord é contra negociar. “Não faria sentido. Pode-se exigir até a pintura do edifício-sede de lilás, mas cada coisa dessas que você impõe, tira o valor da empresa”.

Para o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Rodrigo Limp, a MP tem um texto “melhor” do que o projeto anterior porque tem mais foco em investimentos e nos consumidores. Antes, o dinheiro proveniente da renovação das concessões de usinas hidrelétricas da Eletrobras ficaria majoritariamente com o Tesouro em pagamento de outorga (66,6%) e o restante (33,3%) iria para o amortecimento de tarifas. Agora, prevê-se que 50% dos recursos totais serão aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o fundo que banca subsídios no setor.

Limp lembra que, desde 2014, a Eletrobras não adquire novas concessões nas áreas de geração ou transmissão. No primeiro segmento, sua participação de mercado é de 30%. No segundo, 45%.

Para manter essas fatias, a Eletrobras teria que investir R\$ 14 bilhões por ano, mas só consegue desembolsar em torno de R\$ 3 bilhões. Seguindo esse ritmo, diminuiria suas participações para 23% em geração e 32% em transmissão de energia até o fim desta década, acrescenta o secretário.

O cronograma da privatização envolve requer ainda uma análise prévia do Tribunal de Contas da União (TCU) e a realização de assembleia geral de acionistas da Eletrobras para aprovar o negócio.

Para Limp, é sim possível fazer a capitalização da Eletrobras em dezembro. “O ministério acumulou experiências em privatizações”, ressalta, citando os casos de distribuidoras de energia nos últimos quatro anos, como Celg (GO) e empresas da região Norte.

Limp comentou ainda que o governo não cogita medidas artificiais para a redução das tarifas de energia e busca resolver esse assunto de forma “estrutural”, o que abarca uma Eletrobras forte e com capacidade de participar dos leilões setoriais, tornando-se mais um concorrente de peso.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Vacina da Pfizer reduz casos sintomáticos em 94% em Israel, mostra estudo

Os resultados no “mundo real” estão de acordo com o ensaio clínico realizado pelos fabricantes



25/02/2021 10:03 — Em Mundo

Estoque de crédito fica estável em R\$ 4,02 trilhões em janeiro, aponta BC

Como proporção do PIB estimado pela autoridade monetária, o estoque de operações foi para 54,1%

Senado aprova marco legal das startups

Passa 'jabuti' que dispensa publicação de balanço para empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Senado aprovou ontem, por unanimidade e com mudanças, projeto que estabelece o marco legal das startups. Apesar da resistência inicial, os senadores acabaram por dar aval a uma iniciativa que o governo do presidente Jair Bolsonaro tentou aprovar no ano passado como retaliação à imprensa, que é a redução na exigência de que empresas publiquem seus balanços financeiros em jornais de grande circulação no país.

O texto voltará à análise da Câmara do Deputados. O relator, Carlos Portinho (PL-RJ), suprimiu todo o capítulo relativo à regulamentação das chamadas "stock options" ou "Plano de Opção de Ações", que incluía a possibilidade de concessão de incentivo por meio da opção de subscrição de ações.

Ele manteve, contudo, um autêntico "jabuti" (alteração sem qualquer relação com o tema da proposta) incluído pela Câmara, que torna opcional a publicação de balanço e edital de convocação de assembleia para empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões e 30 sócios. Hoje, essa dispensa existe para aquelas com receita de até R\$ 10 milhões e 20 sócios. Bolsonaro tentou aprovar o fim dos balanços em papel no ano passado, numa retaliação a matérias jornalísticas críticas a ele. Na época, a oposição se uniu a partidos do Centrão e impediu a aprovação.

No caso das "stock options", modalidade em que a empresa oferece ao funcionário a opção de comprar, no futuro, suas ações pelo preço da época em que ele foi

contratado, Portinho entendeu que trata-se de um tema complexo e que deve ser alvo de um projeto em separado, que ele mesmo se comprometeu a apresentar. “O projeto tem como objetivo, numa empresa nascente e de poucos recursos no seu início, com a dificuldade de concorrer com o mercado na busca de especialistas, atrair e reter talentos para o desenvolvimento de ideias inovadoras. Por outro lado, é fato que as “stock option” não são um instrumento exclusivo das startups, atendendo a diversas outras formas societárias, o que demanda o tratamento da questão não nesta legislação, mas sim de forma mais ampla em legislação própria e exclusiva”.

O projeto define mecanismos de incentivo ao empreendedorismo inovador por meio do investimento privado em empresas startups; define startups como organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelos de negócios ou a produtos ou serviços ofertados; e torna possível o aporte de capital por fundos de investimento como investidores em startups, cujas regras serão definidas em regulamento pela CVM.

A matéria também trata do investidor-anjo, definindo que o investidor que realizar o aporte de capital não será considerado sócio nem possuirá direito à gerência ou a voto na administração da empresa. Este poderá participar nas deliberações em caráter estritamente consultivo, conforme estabelecido em contrato.

Somente com participação societária será considerado quotista, acionista ou sócio da startup. O investidor não responderá por dívida da empresa, inclusive em recuperação, e não se estenderá a ele obrigações trabalhistas.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Vacina da Pfizer reduz casos sintomáticos em 94% em Israel, mostra estudo

Tesouro vê janeiro atípico e dívida pública alcança os R\$ 5,059 tri

Volume de colocações de títulos no mês passado foi recorde para o período

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

25/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Janeiro foi um mês marcado pela volatilidade. No cenário doméstico, a curva de juros apresentou alta nas taxas, reagindo a fatores como a possível renovação do auxílio emergencial. A avaliação foi feita ontem pelo Tesouro Nacional em documento que acompanhou a divulgação da dívida pública federal, que subiu 0,99% no mês passado em relação a dezembro e somou R\$ 5,059 trilhões. Em fevereiro, os juros voltaram a refletir a preocupação fiscal.

De acordo com o Tesouro, ainda que a vacinação tenha avançado em diversos países, a descoberta de variantes da covid-19 trouxe apreensão aos mercados e uma nova deterioração no cenário externo no primeiro mês do ano. Já no ambiente interno, pesaram “as expectativas em relação à política monetária” e as “discussões sobre a prorrogação do auxílio emergencial e seu impacto nas contas públicas”.

No mês, as emissões totalizaram R\$ 155,35 bilhões, enquanto os resgates foram de R\$ 148,54 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 6,81 bilhões. O coordenador-geral de operações da dívida pública, Luis Felipe Vital, destacou que o volume de colocações em janeiro foi recorde para o período. Além disso, pela primeira vez na série histórica foi registrada emissão líquida no mês, que tipicamente concentra maiores vencimentos.

Em relação ao prazo dos títulos, a secretaria chamou atenção para uma melhora no perfil das emissões. No mês, houve redução do percentual a vencer em 12 meses (de 27,6% em dezembro para 27,1%). O prazo médio apresentou leve alta, de 3,57 para 3,61 anos. O Tesouro destaca ainda a queda no custo médio do estoque, que está no menor nível da série histórica.

Uma novidade foi a publicação dos dados da reserva de liquidez, que, em janeiro, apresentou redução, em termos nominais, de 8,58%, passando de R\$ 881,28 bilhões para R\$ 805,68 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve aumento de 8,84%. Vital reforçou que o colchão é suficiente para fazer frente aos vencimentos de mais de seis meses da dívida, dando tranquilidade à gestão.

O Tesouro pontua ainda que o indicador “pode sofrer variações expressivas ao longo dos meses, em especial daqueles com volumes elevados de vencimento”. As variações são “previstas” e “antecipadas na estratégia de financiamento da dívida pública”.

Questionado sobre o efeito do noticiário recente, inclusive com a troca do comando da Petrobras pelo presidente Jair Bolsonaro, nos mercados, Vital destacou que houve um aumento nas taxas de juros, principalmente mais longas, mas pontuou que isso não necessariamente é um problema para o Tesouro. “Em alguns momentos, quando temos elevação na taxa de juros, isso aumenta o apetite de alguns investidores por títulos mais longos”, afirmou.

Na segunda-feira, após as mudanças na petroleira, foi observada uma deterioração nos mercados, mas com recuperação parcial já na terça, acrescentou. Com aumento do apetite de investidores, a secretaria pode alcançar alguns objetivos, como alongar e diversificar as emissões. “Temos visto o comportamento dos mercados de forma bastante saudável”, afirmou.

Segundo os técnicos, fevereiro tem sido marcado pela recuperação no mercado externo, com avanços nas discussões de pacotes fiscais em algumas economias e nas campanhas de vacinação, produzindo uma melhora na percepção de risco de emergentes. A situação no Brasil, no entanto, é diferente.

O CDS de cinco anos do Brasil teve performance pior do que dos pares, “principalmente em função das preocupações sobre a trajetória fiscal e o avanço da agenda de reformas”. “No mercado doméstico, os juros também refletiram a preocupação com o fiscal, apresentando alta nos prazos mais longos”, diz o Tesouro.

Vital afirmou que não está prevista nenhuma alteração na programação de leilões, mas que o Tesouro vem adaptando sua estratégia de emissões às condições de mercado. Assim, pode alterá-la. Ele frisou que o principal desafio do país segue sendo a questão fiscal. “É a questão preponderante no apetite dos investidores”, afirmou. “Daí a necessidade de avançarmos no ajuste das contas públicas e na agenda de reformas.”

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Juro médio das operações de crédito sobe em janeiro e inadimplência segue em 2,1%

Taxa cobrada das pessoas jurídicas passou para 13,4% enquanto, para as pessoas físicas, correspondeu a 24,3%

Bolsonaro sanciona autonomia do BC e diz que Guedes 'tem coração'

Bolsonaro assina autonomia do BC e diz que não interferiu na Petrobras

Por Edna Simão, Fabio Murakawa, Estevão Taiar e Matheus Schuch — De Brasília

25/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Criticado por interferir na Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a autonomia do Banco Central (BC). Em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, afirmou que a autonomia monetária não significa liberdade total, mas um equilíbrio de forças. Para ele, a autonomia separará o ciclo da política monetária do ciclo político.

Mesmo com as vantagens da autonomia do BC apontadas por Campos Neto, como a associação a uma inflação mais baixa e menos volátil, sem prejuízos ao crescimento econômico, Bolsonaro disse que só sancionou a medida porque confia na honestidade do executivo. “Se o Banco Central nasceu com Castello Branco [em 1964], ele se imortalizou com Jair Bolsonaro”, frisou em discurso.

Bolsonaro ainda aproveitou a solenidade para destacar que não fez ingerência na Petrobras ao propor a substituição de Roberto Castello Branco por general Joaquim Silva e Luna. “Eu não interferi [na Petrobras], minha querida imprensa”, alegou. “Eu simplesmente resolvi substituí-lo (Castello Branco) por seu mandato estar no fim.”

Bolsonaro justificou que o atual presidente da companhia pode até ter feito um bom trabalho, mas está “cansado” - uma ironia ao fato de que, segundo o presidente, Campos Neto vem trabalhando em regime de home office.

O presidente ainda saiu em defesa do ministro da Economia, Paulo Guedes, chamando-o de “uma âncora” para o governo, mas que tem que demonstrar ao mercado que tem responsabilidade.

Com a nova indicação para o comando da Petrobras, a avaliação do mercado é que o ministro está cada vez mais enfraquecido.

“Paulo Guedes é uma âncora para o nosso governo. Nós passamos de governos que gastavam muito, que não tinham tanta responsabilidade com o seu dinheiro, e passamos para uma austeridade quase absoluta. Aos poucos nós vamos nos

adequando, precisamos um do outro [Bolsonaro e Guedes]. Ele [Guedes] precisa demonstrar ao mercado que tem responsabilidade”, afirmou

Dias após dizer que o mercado “não tem coração”, no contexto do aumento no preço dos combustíveis, Bolsonaro afirmou que “o nosso ministro da Economia tem coração, pode ter certeza disso”.

Com a autonomia do BC, o presidente e os diretores da autoridade monetária terão mandatos fixos de quatro anos e não coincidentes com os do presidente da República. Dessa forma, conforme Campos Neto, o ciclo da política monetária, que é de longo prazo, fica separado do ciclo político, de curto prazo. O presidente manterá o poder de escolher toda a diretoria do BC durante o seu mandato.

Ele destacou que o BC também zelarà pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade e fomentar o pleno emprego. Para Campos Neto, a aprovação da autonomia ajudará Brasil a entrar na OCDE.

O presidente do BC destacou que o aprimoramento institucional trazido pela autonomia contribuirá para consolidar ganhos alcançados nos últimos anos em termos de estabilidade de preços e financeira. E que abre espaço, disse ele, para mais avanços.

Na mesma cerimônia, no Palácio do Planalto, o presidente deu posse aos ministros Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral) e João Roma (Cidadania).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

PicPay Rende 210% do CDI

PICPAY

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Mais durabilidade e ótimo custo-benefício.

Companhia registra lucro de R\$ 59,9 bi no 4º trimestre

Petrobras registra lucro de R\$ 59,9 bilhões no 4º trimestre de 2020

Por André Ramalho e Juliana Schincariol — Do Rio

25/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras anunciou ontem lucro líquido de R\$ 59,9 bilhões no quarto trimestre de 2020 que ajudou a empresa a reverter o prejuízo acumulado no ano. O resultado foi possível graças a uma reversão de baixa contábil, fruto de perda no valor de ativos e investimentos (“impairments”), em valor de R\$ 31 bilhões. Além disso, contribuíram para o resultado outros efeitos não recorrentes, como a reversão de gastos passados do plano de assistência médica de funcionários da estatal (o AMS), em R\$ 13,1 bilhões, decorrente da revisão de obrigações futuras da empresa.

Com o lucro, a Petrobras anunciou que vai distribuir dividendos aos acionistas, no valor de R\$ 10,3 bilhões, relativos ao resultado do ano passado. No consolidado de 2020, a estatal registrou lucro de R\$ 7,108 bilhões, queda de 82,3% sobre o ano anterior. A receita, no ano, somou R\$ 272,07 bilhões, com queda de 10%. E o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) avançou 10,6% no ano, para R\$ 142,97 bilhões.

Os resultados operacionais foram registrados em um ano difícil para toda a indústria petrolífera, abalada pela contração sem precedentes na demanda global por petróleo e pelo choque de preços da commodity.

Este é, possivelmente, o último balanço financeiro divulgado pela gestão do presidente Roberto Castello Branco, que é alvo de um pedido de destituição por

parte do presidente da República, Jair Bolsonaro. Em carta encaminhada aos acionistas, Castello Branco fez uma espécie de balanço de sua gestão à frente da companhia, iniciada em janeiro de 2019.

No documento, o executivo destacou os recordes na produção de óleo e gás em 2020 e os resultados dos cortes de custos e de endividamento. “Em meio à severa recessão global e aos efeitos de um grande choque na indústria de petróleo, nós prometemos estruturar uma recuperação em J. A meta era sair da crise melhor que antes. Nós entregamos nossas promessas”, afirmou Castello Branco.

O executivo disse que a empresa é a maior pagadora de tributos do Brasil e que, em 2020, destinou R\$ 129 bilhões ao governo. “As principais fontes de desenvolvimento econômico são as empresas. Uma vez que criam valor para o acionista, têm recursos para financiar investimentos, pagar salários mais altos, criar empregos ao longo da cadeia de valor, investir em projetos sociais e proteger o ambiente das mudanças climáticas e pagar impostos.”

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Novos acionistas mudam nome e marca da Thyssenkrupp Elevadores um ano após compra

Divisão que era do grupo alemão Thyssenkrupp foi denominada como TK Elevator por consórcio formado pelos fundos Advent e Civen e a fundação RAG; TKE será marca mundial

25/02/2021 10:19 — Em Empresas

Juro do cartão de crédito vai a 311,7% em janeiro para cliente regular

Taxa do parcelado do cartão saiu de 148,9% para 161,5% do fim de 2020 para o início do calendário atual

Fatiamento da PEC emergencial começa a ser discutido por líderes

Ideia é que apenas os artigos que viabilizam o novo auxílio sejam votados

Por Renan Truffi, Vandson Lima e Fabio Graner — De Brasília

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A tentativa do governo de fazer uma desvinculação dos pisos de saúde e educação fez aumentar as pressões por uma nova “desidratação” da proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial, em tramitação no Senado. Líderes partidários passaram a discutir, nos bastidores, um possível “fatiamento” da matéria, de forma que apenas os artigos que viabilizam o novo auxílio emergencial seriam votados.

A tese foi endossada até mesmo pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o que fez o governo reagir publicamente. Palácio do Planalto e equipe econômica insistem na votação de uma proposta “robusta” que aponte para a “responsabilidade fiscal”.

As discussões pela desidratação ganharam força por conta do impasse em relação à revogação dos mínimos constitucionais de saúde e educação, proposta inserida no texto pelo relator Márcio Bittar (MDB-AC).

O ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), agora presidente da Comissão de Constituição e Justiça, foi um dos primeiros a admitir, no entanto, que o projeto dificilmente será levado à votação se o governo insistir nessa medida. Ele disse à imprensa que a PEC só deve ser analisada pelo plenário se houver um acordo neste sentido.

“Não vai votar, está dando confusão. O acordo que pode se buscar é tirar [a desvinculação]”, explicou. “A polêmica maior[é essa. Tem muita coisa lá na PEC que estão conversando. A proposta já está ficando enxuta”, complementou.

Pacheco, por outro lado, acabou fazendo um aceno ao fatiamento. “Eventualmente pode ser uma possibilidade”, admitiu. Não é de hoje que o presidente do Senado mostra contrariedade com a votação casada dos dois temas: auxílio emergencial e gatilhos fiscais. Desde o início das negociações, o presidente do Senado vem enfatizando que a aprovação da PEC Emergencial não pode ser uma “condicionante” para que o governo autorize o pagamento de um novo benefício destinado às camadas mais atingidas pela pandemia.

Todo esse movimento fez o Executivo se contrapor. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), reiterou que a ideia é levar ao plenário da Casa uma PEC “sem fatiamento”. “A PEC emergencial não será fatiada. Vamos votar uma PEC robusta, que traduza o compromisso com a sustentabilidade da dívida e a responsabilidade fiscal”, defendeu.

A equipe econômica também rechaça a ideia de fatiamento da PEC emergencial, admitida por Pacheco. Quando os rumores em torno dessa possibilidade surgiram na Câmara, na terça-feira, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), negou peremptoriamente, mensagem reforçada por fontes graduadas.

No Ministério da Economia, há uma percepção de que é grande a chance de a desvinculação dos gastos de saúde e educação, revogando seus pisos, cair até a votação da medida. E isso até não é visto como um grande problema, desde que o núcleo da PEC (colocando a dívida como âncora fiscal, os gatilhos para congelar despesas e as regras de emergência fiscal e calamidade) não seja revogado.

Uma fonte lembra que o próprio governo sabia da enorme dificuldade política em torno do tema, tanto que originalmente, ainda em 2019, propôs unificar os pisos, em vez de extingui-los. A avaliação é que, do jeito que está hoje, em muitos casos o piso é apenas fonte de ineficiência de gastos, principalmente em municípios, que acabam tendo que gastar em educação mesmo com poucos jovens.

No Ministério da Economia também já se considera o cenário de adiamento da votação para a próxima semana. Na prática, isso atrasa mais o pagamento do auxílio, dado que o governo, pelo menos até o momento, disse que só publicará uma MP renovando o benefício após a PEC aprovada no Senado.. Embora o adiamento seja vantagem para os que não querem votar, a área econômica avalia que o clima está favorável para a votação e aprovação da matéria.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Vacina da Pfizer reduz casos sintomáticos em 94% em Israel, mostra estudo

Os resultados no “mundo real” estão de acordo com o ensaio clínico realizado pelos fabricantes





Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

O novo marco fiscal da PEC 186

Governo vai perseguir uma trajetória para a dívida pública

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Se o substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186, apresentado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), for aprovado, o teto de gastos da União, instituído pela emenda 95/2016, terá função complementar e poderá, no futuro, ser suavizado. Na verdade, a proposta institui um novo marco fiscal para a União, no qual o governo federal irá perseguir uma trajetória de convergência do montante da dívida pública para um limite definido em lei.

Um modelo semelhante é utilizado pela Suécia. Lá, o governo adota uma política fiscal que tem um limite para a dívida pública bruta, uma meta de resultado nominal e um teto para gastos de base móvel, que pode ser ajustado depois de um determinado período. Tanto o teto como a meta fiscal são fixados para manter a dívida bruta na trajetória pré-definida. Há uma série de outros detalhes que não cabe aqui especificar.

Governo vai perseguir uma trajetória para a dívida pública

O fato é que os elementos básicos desse modelo estão presentes na PEC 186. O inciso VIII do artigo 163, que está sendo acrescentado na Constituição pela PEC, estabelece que uma lei complementar definirá a trajetória de convergência do

montante da dívida com limites especificados em legislação. Não esclarece, no entanto, se o conceito a ser utilizado é o da dívida bruta ou líquida.

É importante observar que o modelo não propõe a fixação de um limite para a dívida da União. Um limite está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar 101/2000), mas nunca foi definido pelo Senado, pois o governo federal sempre foi contrário à ideia. Só há limites para Estados e municípios.

A PEC 186 estabelece que o governo vai propor uma trajetória para a dívida pública a ser alcançada durante um certo período de tempo. A trajetória terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional. Acreditava-se, na área técnica, antes da pandemia da covid-19, que a dívida bruta do setor público brasileiro deveria convergir para 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Naquela época, ela estava próxima de 74% do PIB. No pós-pandemia, a meta pode ser, por exemplo, 60% do PIB, que seria alcançada em um determinado período de tempo.

O Brasil poderá adotar um sistema de bandas de flutuação para a dívida, com um limite superior e outro inferior, semelhante ao adotado no regime de metas de inflação utilizado pelo Banco Central. Na Suécia, se a dívida se desviar, para cima ou para baixo da trajetória definida, mais de cinco pontos percentuais do PIB, o governo é obrigado a apresentar uma comunicação ao Parlamento, explicando a causa do desvio e apresentando um plano de como pretende retornar a dívida para o patamar determinado.

A meta de resultado primário das contas públicas terá que ser compatível com a trajetória para a dívida, prevê a PEC 186. Talvez o resultado possa ser fixado para vários anos, como ocorre na Suécia. Assim, o Brasil poderia fazer um planejamento de médio prazo de suas contas.

A lei complementar que vai regulamentar esta questão poderá definir medidas de ajuste fiscal, suspensões e vedações para que a trajetória da dívida seja alcançada. A PEC diz que a União, os Estados e os municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade. E que a elaboração e execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

Para a União, a PEC cria dois gatilhos que disparam as medidas de ajuste fiscal, com o objetivo de preservar o teto de gastos. Em situação normal, o governo pode adotar medidas de contenção toda vez que a despesa obrigatória primária, submetida ao teto de gastos, superar 95% da despesa primária total. Em situação de calamidade pública, reconhecida pelo Congresso, o ajuste deve ser realizado para compensar os gastos extras do período.

Se a PEC 186 for aprovada e o novo marco fiscal for colocado em prática, ficará mais fácil para o próximo governo adotar um teto de gasto mais flexível. A Suécia, por exemplo, define um teto para um período de quatro anos, sendo que o valor fixado para o terceiro ano é considerado impositivo. Para o quarto ano, o valor é apenas indicativo. Os novos cenários econômicos são anualmente analisados e, com base neles, o governo define o teto de gastos para outro período de quatro anos.

Outro ponto da PEC está relacionado com a sustentabilidade da dívida. Pela primeira vez será inscrito no texto constitucional que, na promoção e na efetivação dos direitos sociais, deve ser observado “o equilíbrio fiscal intergeracional”. A preocupação aqui, ao que parece, está relacionada com as decisões do Poder Judiciário, quando julga questões relativas a direitos individuais e coletivos.

Questionamentos

A PEC determina que o presidente da República encaminhe, em até seis meses após a promulgação da emenda constitucional, um plano de redução gradual e linear de incentivos e benefícios de natureza tributária. Há, pelo menos, três questionamentos que precisam ser feitos.

O primeiro é saber por que o senador Bittar manteve este comando na PEC 186, uma vez que, neste momento, o Congresso discute a reforma tributária. Existe, inclusive, uma proposta do governo de unificação do PIS e da Cofins, com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Até aqui a estratégia do governo era deixar a redução dos incentivos para depois da reforma, mesmo porque a mudança dos tributos iria permitir a eliminação de vários deles. A manutenção deste artigo na PEC pode indicar que o governo tenha desistido da reforma.

A segunda questão é que o substitutivo de Bittar fala em “redução linear” dos incentivos e benefícios. É difícil imaginar como isso poderá ser feito. O terceiro questionamento é a PEC excluir da redução os incentivos à Zona Franca de Manaus, a desoneração da cesta básica e os benefícios tributários às micro e pequenas empresas, por meio do Simples Nacional, que é responsável pelo maior volume do gasto tributário. Não dá para reduzir o gasto de 4% para 2% do PIB com o que sobra, como dispõe a PEC.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Vacina da Pfizer reduz casos sintomáticos em 94% em Israel, mostra estudo

Os resultados no “mundo real” estão de acordo com o ensaio clínico realizado pelos fabricantes

Políticas públicas são fundamentais, defendem especialistas

Programas devem unir as três esferas do governo, sociedade civil e setor produtivo

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Para garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho, são necessárias políticas públicas que unam as diferentes esferas do Estado (federal, estadual e municipal), o setor produtivo e a sociedade civil. Especialistas sugerem que além de capacitação, seriam bem vindas alternativas como redesenho dos cursos existentes, para que se adaptem às necessidades do setor produtivo, facilitação do acesso às posições de entrada no mercado de trabalho, concessão de crédito para empreendedorismo acompanhada por capacitação e mentoria, trabalhos de realocação da força de trabalho de áreas com menos demandas no momento atual - como eventos e turismo - para funções em setores com mais potencial, de acordo com cada realidade local, e incentivos tributários para contratações de jovens, entre outras.

“A pandemia exacerba os desafios que já existiam de inclusão produtiva, que atinge os jovens, mas também outros grupos”, afirma Laura Boeira, diretora-executiva do Instituto Veredas e uma das autoras do estudo “O futuro da inclusão produtiva no Brasil: da emergência social aos caminhos pós-pandemia”. “Existe uma desconexão enorme entre as oportunidades que existem e as habilidades. É preciso um trabalho amplo de diagnóstico para fazer esse ‘match’ entre a oferta e a demanda. Esta é a chave de tudo. É preciso entender as vocações locais e saber o que se está oferecendo.” O estudo foi idealizado pela Fundação Arymax e pela B3 Social.

Um dos caminhos importantes apontados no trabalho é a facilitação da inclusão de pessoas em posição de entrada no mercado de trabalho, com iniciativas como requalificação e o aprendizado de habilidades para exercer uma nova função ou atividade, mecanismos de certificação de habilidades e competências, para facilitar a realocação para outros setores, redesenho dos programas de capacitação e desenvolvimento de processos de formação com o apoio de empresas.

“É importante ajudar no desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos jovens para o mundo do trabalho. É preciso saber como se comportar no dia a dia do trabalho virtual, por exemplo”, diz Laura.

Presidente do Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), Marcus Barão também se mostra preocupado com a chamada “lacuna de competências”, problema que já existia antes da pandemia e “vai custar muito caro ao Brasil se não for solucionado”. A redução de investimentos em educação e ciência no país, ressalta Barão, torna o problema ainda mais complexo e de difícil solução.

“Esta é a maior geração jovem do planeta, considerando o atual momento de bônus demográfico. Podemos ter um futuro próspero ou um baita passivo social. Precisamos de políticas públicas para os jovens”, defende o presidente do Conjuve.

Uma das vertentes importantes, segundo Barão, é o incentivo ao empreendedorismo, que é uma das alternativas ao subemprego e à informalidade nesta etapa da vida.

Para além do acesso ao empréstimo de baixo custo, ele acredita que é preciso que os financiamentos sejam acompanhados por capacitação e mentoria. “Não adianta só acesso ao capital, é preciso acompanhar o jovem, capacitar e reduzir burocracia”, afirma.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Juro médio das operações de crédito sobe em janeiro e inadimplência segue em 2,1%

Taxa cobrada das pessoas jurídicas passou para 13,4% enquanto, para as pessoas físicas, correspondeu a 24,3%



25/02/2021 10:25 — Em Finanças

Novos acionistas mudam nome e marca da Thyssenkrupp Elevadores um ano após compra

Divisão que era do grupo alemão Thyssenkrupp foi denominada como TK Elevator por consórcio formado pelos fundos Advent e Civen e a fundação RAG; TKE será marca mundial

25/02/2021 10:19 — Em Empresas

Juro do cartão de crédito vai a 311,7% em janeiro para cliente regular

Taxa do parcelado do cartão saiu de 148,9% para 161,5% do fim de 2020 para o início do calendário atual



Por **Maria Cristina Fernandes**

No Valor desde a fundação, foi editora de política por 15 an... [ver mais](#)

Populismo fiscal de Bolsonaro embaralha jogo

Bolsonaro não cairá de podre, é o país que pode apodrecer

25/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ao mergulhar no populismo dos combustíveis e tarifas, o presidente da República faz uma aposta que não apenas o posiciona no jogo de 2022 como desmonta o daqueles que se apresentam para enfrentá-lo.

Na tentativa de forçar a polarização com o PT, Jair Bolsonaro mexeu-se para abraçar a pauta do adversário. E foi por ele abraçado. A ordem é “não importa a cor do gato, o que importa é que mate o rato”.

Bolsonaro não cairá de podre, é o país que pode apodrecer

Nessa linha, os sindicatos de petroleiros comemoraram a derrubada do ex-presidente da Petrobras, Castello Branco, e alimentam expectativas, correntes também nos meios militares, de que a BR Distribuidora venha a ser reestatizada e a venda de refinarias, suspensa

O tom com o qual Jair Bolsonaro queixou-se publicamente do trabalho remoto de Castello Branco, não se diferencia muito daquele que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem usado, internamente, para se queixar dos dirigentes sindicais que evitam se expor às aglomerações da pandemia.

Se Bolsonaro se move para roubar a bandeira do populismo fiscal, como se diferenciaria do PT? Com seu programa “Armas para Todos” e com uma pauta radicalizada nos costumes, acelerando a volta do Brasil ao estágio pré-civilizatório.

O jogo é um campo minado para todo o resto. Um aumento médio de 30% nos combustíveis em menos de dois meses do ano afeta não apenas a base bolsonarista de caminhoneiros e produtores rurais, mas precarizados de toda ordem que hoje ganham a vida em aplicativos de transporte. É discurso para o campo e a cidade.

Não é à toa que o enfrentamento deste discurso desnorteie a oposição. Abraçar uma política de preços 100% ditada pelo mercado é um suicídio eleitoral. Atacá-la à la Bolsonaro também o é. Uma coisa é endividar o país quando se tem o poder nas mãos de implementar políticas que gerem crescimento capaz de pagar essa dívida.

Outra coisa é defender uma política de preços que passe por endividamento acelerado quando não se tem o poder nas mãos. Cenário que se agrava quando o presidente de plantão não tem compromisso com resultados, só com a tentativa. E piora em proporções estratosféricas quando o sócio majoritário é o Centrão.

O bloco quer acomodar esse avanço populista de Bolsonaro desamarrando os limites fiscais e destruindo não apenas as vinculações orçamentárias que garantem alguma chance de resgate da dívida social do país, como é o caso dos recursos da saúde e da educação.

O Congresso avança também para desmantelar o próprio Estado, como é o caso da desvinculação dos recursos que garantem a autonomia da Receita, contida no substitutivo da PEC emergencial. Sem verba vinculada, os auditores teriam que negociar todos os anos com o Congresso. Quais serão as próximas vítimas, o Judiciário, a Polícia Federal? Vão fazer fila para pedir dinheiro àqueles a quem devem vigiar?

O Centrão, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deixou claro na “Live do **Valor**”, avança até para a intermediação dos recursos para as prefeituras. Quer eliminar a Caixa Econômica Federal, onde os critérios de liberação são mais rígidos, como agente dessa intermediação.

O ideal para o Centrão é que as transferências sejam feitas diretamente dos ministérios para as prefeituras, como aconteceu no repasse de emendas que marcou a eleição das Mesas. É um mecanismo por onde fica mais fácil operar as rachadinhas entre prefeitos e parlamentares.

É um golpe por dentro das instituições que ameaça desmontar a Constituição. E conta, no Judiciário, com atores bem postos para prestar serviços à sociedade Bolsonaro-Centrão, como se viu na invalidação das provas contra o senador Flávio Bolsonaro, mas não apenas.

As tentativas do presidente do Supremo, Luiz Fux, de estabelecer pontes com o Senado que lhe permitissem furar o cerco que lhe é imposto pela trinca Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, esbarraram na eleição do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O ensaio de aproximação entre Fux e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) fracassou pela determinação deste em delegar integralmente as questões relativas ao sistema de justiça ao presidente da CCJ.

Sem pontes com o Congresso, os ministros que ainda buscam preservar os alicerces do controle da corrupção podem se tornar cada vez mais reféns das investidas do desmonte da Lava-Jato. Há expectativas de que, a requisição de informações do TCU sobre o registro de ligações de integrantes da operação, encontre ministros do Supremo do outro lado da linha.

A sociedade entre Bolsonaro, Centrão e Judiciário é o que faz com que o populismo fiscal do atual presidente seja muito mais grave do que aquele observado no governo Dilma Rousseff. A ex-presidente foi derrubada pela aliança de um mercado incomodado com a gastança e um Centrão/Supremo reativo à inação do governo frente ao avanço do programa "Lama para Todos", patrocinado por juízes, procuradores e policiais federais.

O que torna a situação de hoje mais grave não é a rouquidão do 'Fora Bolsonaro'. Pior é a interdição de alianças que projetem alternativas competitivas para 2022, a começar pela aproximação entre esquerda e centro

Trata-se de uma corrida de obstáculos. A começar pela modulação programática. A esquerda se sente desobrigada de fazer concessões liberais ante um mercado que jogou na retranca quando seus presidentes estiveram no poder.

E ainda investe, ao lado do Centrão, na desidratação das instituições de controle. Justifica-se com o argumento de que, ao longo de seus governos, atuou para fortalecê-las e recebeu, como retribuição, atuações desmedidas contra suas lideranças.

Entre as lideranças de centro, a visão não é menos embaçada. Consumidos na fulanização de suas vaidades, estão mais interessados em comer pelas beiradas a aliança de Bolsonaro com o Centrão do que em lançar pontes com a esquerda.

Entre aqueles que têm chances de projetar um futuro para o país, no centro e à esquerda, a crença majoritária ainda é que o bolsonarismo cairá de podre. Não dá sinais de que cairá. Antes disso, é o país que corre o risco de apodrecer.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do “Valor”. Escreve às quintas-feiras
E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Novos acionistas mudam nome e marca da Thyssenkrupp Elevadores um ano após compra

Divisão que era do grupo alemão Thyssenkrupp foi denominada como TK Elevator por consórcio formado pelos fundos Advent e Civen e a fundação RAG; TKE será marca mundial

25/02/2021 10:19 — Em Empresas

Juro do cartão de crédito vai a 311,7% em janeiro para cliente regular

Economia



COMPARTILHAMENTO DE VOOS

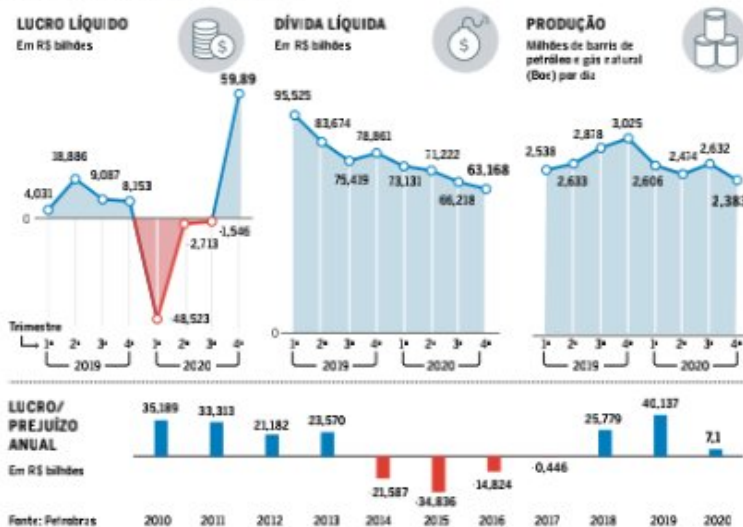
Cade aprova acordo entre Delta e Latam

"Joint venture" se aplica a trajetos entre América do Norte e Brasil, Chile e Colômbia, entre outros globo.com/3j8T0K6PBRUNO ROSA, JOÃO SORIMANEYTO
E CAROLINA NALIN
economiaglobo.com.br
veículo/foto

PETROBRAS DE VOLTA AO AZUL

Estatal tem lucro recorde de R\$ 59,9 bi no quarto tri, o último da gestão de Castello Branco

OS RESULTADOS DA PETROLEIRA



Em meio a um conturbado processo de troca de comando, a Petrobras anunciou ontem um resultado muito acima das projeções do mercado no último balanço financeiro da gestão de Roberto Castello Branco. No quarto trimestre de 2020, a companhia registrou lucro recorde de R\$ 59,9 bilhões graças à valorização do petróleo entre outubro e dezembro, à reversão de uma baixa contábil bilionária e a ganhos cambiais. O resultado foi mais do que suficiente para compensar os três trimestres anteriores de perdas, em um ano marcado pela pandemia. A estatal fechou 2020 com lucro de R\$ 7,1 bilhões, o que representa queda de 82% em relação a 2019, mas supera as projeções dos analistas, que esperavam prejuízo no acumulado do ano passado.

Castello Branco deve ser substituído no comando da estatal pelo general Joaquim Silva e Luna, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao cargo na última sexta-feira. O nome dele ainda precisa ser aprovado em uma assembleia geral extraordinária, com data a ser definida. Em mensagem aos acionistas, Castello Branco — alvo de críticas do presidente pela política de preços da companhia e até pela adoção do regime de home office — disse que cumpriu o prometido:

“A produtividade está subindo, a companhia está focada em investir em ativos de classe mundial e possui uma grande carteira de ativos não prioritários à venda. Nós entregamos nossas promessas”, disse.

R\$ 30,3 BI EM DIVIDENDOS

Na mensagem, ele ressalta que a companhia alcançou o maior patamar em fluxo de caixa operacional dos últimos dez anos, com US\$ 28,9 bilhões. Isso chama a atenção pois comprou um período de preço mais baixo do petróleo — em 2020 o valor médio foi de US\$ 42 — com um patamar em que a commodity era negociada na faixa de US\$ 100. E o endividamento da estatal caiu.

Os resultados da companhia foram auxiliados pela estratégia de venda de ativos, redução

do número de imóveis ocupados e programas de desligamento voluntário, cujos impactos ainda estão em curso. Entre 2019 e 2020, 6.100 funcionários deixaram a empresa, e outros 5 mil devem sair neste ano. No início de 2019, a empresa ocupava 23 prédios administrativos. Hoje, são 14.

“A racionalização de espaços para reduzir custos vem sendo facilitada pela redução do número de funcionários e pela

adoção de um regime híbrido de teletrabalho”, disse a empresa. Os custos de viagens caíram US\$ 40 milhões em comparação com 2019. Grande parte dessa redução será permanente no mundo pós-Covid, afirmou a empresa.

Castello Branco elogiou o Conselho de Administração. “Meu reconhecimento ao nosso Conselho de Administração pelo importante papel e contínuo apoio à execução da

estratégia nesta jornada. Nessos executivos e funcionários não mediram esforços nos piores momentos de uma recessão profunda para manter o navio em segurança em águas turbulentas”, concluiu.

Para Renan Sujii, estrategista-chefe da Harrison Investimentos, a mensagem de Castello Branco mostra que ele entregou uma agenda de continuidade na recuperação dos indicadores da empresa:

—O lucro do quarto trimestre foi muito acima do esperado. A reversão do impairment (baixa contábil devido à perda de valor de ativos) devolveu R\$ 31 bilhões à companhia. E ela teve ganho cambial de R\$ 20 bilhões. Houve redução no custo de extração de petróleo, a produtividade está aumentando. É um grande marco da empresa. Por isso a saída de Castello Branco causa raio.

No primeiro trimestre do

ano passado, a companhia havia feito uma baixa contábil bilionária, de R\$ 65,3 bilhões, motivada pela queda do petróleo no início da pandemia, o que afetou seus resultados.

Diante de lucro, a companhia vai distribuir R\$ 10,3 bilhões em dividendos aos acionistas. O valor equivale a 5% do capital social. A expectativa é que as ações reajam positivamente hoje na B3.

CONSELHO QUER EXPLICAÇÃO

Os resultados superaram as projeções, mas analistas veem incertezas à frente em razão da troca de comando. Em relatório divulgado antes do balanço, os analistas Thiago Duarte, Pedro Soares, Daniel Guardiola e Ricardo Cavaliere, do BTG, afirmam não ter mais confiança de que os pilares que virham criando valor para a empresa estejam garantidos. “Com os acontecimentos dos últimos dias culminando na decisão do acionista controlador de solicitar a substituição do presidente, não temos mais a confiança de que esses pilares permanecerão”, escreveram no relatório a clientes. O temor é que a companhia não consiga repassar aos preços nas refinarias as variações na cotação do petróleo.

E nos cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), apesar dos quatro reajustes já anunciados para a gasolina e dos três para o diesel, ainda existe defasagem de 6% a 7% nos preços dos combustíveis nas refinarias, o que indica a necessidade de novos aumentos adiante.

No segundo dia da reunião do Conselho de Administração, que aprovou na terça-feira a convocação de assembleia para analisar o nome do general Silva e Luna, os conselheiros decidiram cobrar esclarecimentos de Bolsonaro por meio da diretoria de Relações com Investidores. Nos últimos dias, o presidente afirmou que “tem muita coisa errada” na empresa.

Um dos temas em discussão foi a composição do novo conselho. Um dos trâmites da assembleia é a destituição do atual, mas o governo acenou com a recondução. Das 11 vagas, sete são indicadas pela União. Segundo fontes, todos devem ser reconduzidos.

Bolsonaro entrega projeto para privatizar Correios

Após MP para agilizar desestatização da Eletrobras, governo envia ao Congresso proposta que põe fim ao monopólio postal

MANOEL VENTURA, GUSTAVO MAIA,
GERALDO DOCA E JUSSARA SOARES
economiaglobo.com.br
veículo

Depois de enviar medida provisória (MP) para privatizar a Eletrobras, o presidente Jair Bolsonaro entregou ontem ao Congresso um projeto de lei para desestatizar os Correios. A medida ocorre na esteira da movimentação do Palácio do Planalto para sinalizar apoio à agenda liberal defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O compromisso do governo foi ques-

tionado pelo mercado após a interferência do presidente no comando da Petrobras.

Em um evento no Palácio do Planalto, minutos antes de ir ao Congresso, Bolsonaro negou que as iniciativas para agilizar a tramitação das privatizações de Eletrobras e Correios tenham relação com a crise na Petrobras e fez a mesma observação em relação à autonomia do Banco Central (BC), sancionada ontem:

— E minha querida imprensa, isso (autonomia do BC) não é uma resposta ao

caso Petrobras. Não. Até porque isso já vinha sendo trabalhado há muito, bem como o projeto sobre os Correios, bem como a MP de ontem sobre o sistema elétrico. Então, (estamos) abrindo, integrando, democratizando não apenas no discurso, mas com atos é que nós mostramos que o Brasil pode mudar.

Como mostrou o GLOBO em outubro, o governo finalizou um texto para destravar a privatização dos Correios no ano passado, mas a proposta não foi encaminhada ao Legis-

lativo. O texto não apresenta um modelo claro de privatização, mas abre possibilidades.

O próprio governo avalia que o projeto só deve ser votado no fim deste ano. Por isso, a privatização deve ficar para 2022. A venda da estatal depende da regulamentação de um trecho da Constituição. Com exceção de subsidiárias, a desestatização de empresas públicas precisa de autorização dos parlamentares para avançar.

O projeto permite que os serviços postais, inclusive os

prestados em regime de monopólio, possam ser explorados pela iniciativa privada.

A proposta trata do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), correspondências e objetos postais e emissão e fabricação de selos e o Serviço Postal Universal, cuja garantia de prestação é obrigatória da União, em todo o território nacional, de modo contínuo e a preços competitivos.

Outra novidade é a transformação dos Correios em sociedade de economia mista. Segundo fontes, o projeto

não significa, por si só, a extinção dos Correios. O objetivo é estimular a concorrência, criando condições para a entrada do setor privado, em regime de concessão, cadastro ou parceria. A estatal investe apenas 2,8% da receita operacional, enquanto em FedEx e SingPost, a proporção fica entre 13% e 14%.

O projeto aumenta as competências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que passará a se chamar Agência Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais.

Outra questão diz respeito à situação financeira da estatal, diante do peso das despesas com pessoal. Estas representam 4% dos custos totais. São quase cem mil funcionários.

Castro diz que auxílio não compromete o ajuste fiscal do estado

Socorro de R\$ 300 poderá ser estendido para 2022 se desemprego continuar, afirmou o governador

MARCELLO CORRÊA
marcello.correa@oglobo.com.br

Um dia após a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovar o auxílio emergencial estadual, o governador em exercício Cláudio Castro afirmou que o benefício não vai comprometer o ajuste fiscal firmado com a União e defendeu sensibilidade para equilibrar austeridade com as contas públicas e entrega de serviços à população.

Castro não descartou a possibilidade de o programa ser prorrogado, mas disse que isso só ocorrerá caso os efeitos da pandemia se estendam para 2022. O benefício de até R\$ 300 para cerca de 653 mil pessoas vulneráveis foi aprovado para vigorar até dezembro. Segundo o governador, a ajuda não interfere nas medidas de reequilíbrio financeiro previstas pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa que prevê a suspensão de dívidas com a União em troca de ações de arrocho fiscal.

— O auxílio emergencial foi uma ideia que o André Ceciliano (*deputado estadual pelo PT, autor do projeto e presidente da Alerj*) me apresentou e, na mesma hora, comprei. (*A proposta*) é desvincular os fundos que ficam com dinheiro parado, que acaba o ano e você não consegue gastar — explicou Castro, que esteve em Brasília ontem para se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O governador negou o uso eleitoral do benefício:

— A princípio, vamos até o

fim deste ano. A ideia não é ser nada que tenha conotação eleitoral. A gente só vai propor ano que vem se a taxa de desemprego continuar tão alta como está. A ideia é que tenha começo, meio e fim mesmo. Ele (o auxílio) é por causa da pandemia.

SEM PODER CONTRATAR

Questionado sobre a possibilidade de usar os recursos que serão desvinculados para ampliar o ajuste fiscal, o governador afirmou que isso não é tecnicamente possível:

— Daqui a pouco, você está impondo à sociedade a diminuição de políticas públicas simplesmente por causa de erros da gestão passada. A gente tem que ter uma sensibilidade entre a entrega da política pública e esse ajuste fiscal.

Com essa lógica, Castro afirmou que há uma expectativa de que o veto do presidente Jair Bolsonaro à contratação de servidores por estados integrantes do RRF para repor vagas em órgãos públicos seja derrubado pelo Congresso.



PABLO JACOB

Acordo. Cláudio Castro, em Brasília

PEC Emergencial acaba com autonomia de recursos para a Receita

Proposta desvincula verba de fundo que custeia 70% das atividades do Fisco. Auditores veem ameaça à arrecadação de impostos

FERNANDA TRISOTTO
E RAFFAELA RIBAS
escritoras do globo.com.br

Um trecho do relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial pode comprometer a autonomia da Receita Federal. O texto, considerado um jabuti — medida sem relação direta com o objetivo de um projeto —, muda regras sobre a vinculação de receitas, com impactos sobre o Fisco.

Hoje, a Constituição proíbe a vinculação de receitas a órgãos específicos, mas faz algumas ressalvas. Entre as exceções estão a "realização de ati-

vidades de administração tributária". O relatório da proposta, apresentado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), muda essa regra e exclui a menção a atividades de administração tributária.

A medida acabaria com a vinculação de recursos para o fundo que custeia 70% das operações da Receita, que teria de disputar recursos para seu funcionamento com os demais órgãos na discussão do Orçamento.

Apesar das críticas, Bittar argumenta no relatório que manteve as exceções hoje previstas no texto constitucional e ampliou o rol des-

tas, embora a redação não trate da previsão que beneficia o Fisco.

"Além de concordarmos com as exceções originalmente previstas, acrescentamos outras que nos pareceram imprescindíveis, tais como as receitas provenientes de transferências para o atendimento de finalidades determinadas e as destinadas por legislação específica ao pagamento de dívida pública", afirma o texto.

IMPACTO NA FISCALIZAÇÃO

O relatório já vinha sendo alvo de críticas de parlamentares por acabar com o piso mínimo para as áreas de saúde e educa-



Incerteza. Para auditores, desvinculação pode resultar em falta de verba para combate à sonegação e lavagem de dinheiro

ção. Na avaliação das bancadas ligadas a estas áreas, a desvinculação significaria, na prática, corte de receitas.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Kleber Cabral, a desvinculação de recursos ameaça não apenas o órgão, que arrecada dois terços da receita do país, como também os Fiscos estaduais e municipais. Segundo ele, há expectativa de que o rela-

tor recue nesse ponto:

— A implementação disso é um golpe contra a administração tributária. Se a ideia for de desvinculação mesmo, é um absurdo essa venda casada da PEC com assuntos que merecem uma discussão mais aprofundada. Se não houver nem a previsão constitucional, onde vamos parar?

Além de criticar a perda da autonomia técnica, ele diz que tal medida pode reduzir à metade a estrutura física da

Receita, com fechamento de delegacias e agências em todo o país, precarização do atendimento, da fiscalização, do controle do comércio exterior e do combate a crimes como sonegação, corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e de drogas e no controle da Alfândega nos portos e aeroportos.

— Isso vira um prato cheio para quem tem interesse em estrangular um órgão de fiscalização — disse Cabral.

Senado aprova o marco legal das start-ups

Autorização para empresas complementarem salários com opções de ações foi retirada do texto

GABRIEL SHINOHARA
E JULIA LINDNER
escritoras do globo.com.br

O Senado aprovou ontem o marco legal das start-ups com 71 votos a favor. O projeto visa definir uma base jurídica para a atuação das start-ups no país, facilitar sua atuação e

criar estímulos para a inovação no mercado e investimentos em negócios de base tecnológica. Como o texto sofreu alterações, volta para a Câmara dos Deputados, onde havia sido aprovado em dezembro.

O relator, senador Carlos Portinho (PL-RJ), disse que a proposta traz segurança

jurídica para as start-ups:

— O projeto definiu, por exemplo, a figura bem específica das start-ups e do investidor-anjo, como se dá a participação do investidor-anjo e admitindo as regras que o mercado já havia construído para o ecossistema.

O texto seria votado na ter-

ça-feira, mas os senadores concordaram em adiar a apreciação para ajustar alguns trechos que não eram consenso. Entre as mudanças, o relator retirou um trecho que criava incentivos tributários para investidores em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia.

A retirada desse ponto foi

sugerida pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que apresentou uma emenda pela supressão do trecho e argumentou que não havia estimativa de impacto orçamentário da medida.

Outro trecho excluído previa que o empregado de uma start-up recebesse, como complemento de salário, as chamadas *stock options*, isto é, a opção de ter ações da empresa no futuro. O trecho enfrentou resistência da oposição na Câmara e foi alterado no Senado após o

relator aceitar emendas de Jaques Wagner (BA), Jean Paul Prates (RN), Paulo Paim (RS) e Rogério Carvalho (SE), todos do PT.

O projeto define que, para se enquadrar como start-up, a empresa deve ter receita bruta de até R\$ 16 milhões no ano anterior e até dez anos de inscrição no CNPJ. Além disso, deve ser inovadora em seu campo de atuação ou se encaixar no regime especial de tributação *Inova Simplex*, voltado para empresas com receita bruta de até R\$ 4,8 milhões.

TCU sugere pente-fino mensal em novo auxílio

Órgão de controle faz balanço de pagamentos indevidos em 2020 e alerta que condições de beneficiários podem mudar rapidamente. Corte estima que transferências irregulares no ano passado somaram R\$ 54,6 bi

GERALDA DOCA
geralda@b3b10.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Depois de identificar fraudes e pagamentos indevidos de auxílio emergencial em 2020, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda que o governo faça um pente-fino mensal nos beneficiários que receberam a nova rodada de repasses este ano. O alerta faz parte do relatório consolidado sobre o programa social, divulgado ontem e antecipado pelo GLOBO. Se-

gundo o órgão, a cada mês, 1 milhão de pessoas no Brasil morre, consegue emprego com carteira assinada ou passa a receber algum benefício do governo, como seguro-desemprego ou aposentadoria —o que reforça a necessidade de monitorar as condições dos beneficiários de perto.

O TCU cita a necessidade de verificação e focalização do benefício. Uma das razões é que cerca de 8 milhões de pessoas que receberam o auxílio de R\$ 600

deixaram de se enquadrar nas regras da medida provisória (MP) que autorizou o pagamento das parcelas de R\$ 300. O benefício começou a ser pago originalmente com valor de R\$ 600, no início do ano passado, e de setembro a dezembro, foi reduzido a R\$ 300.

A conclusão geral dos quatro relatórios de acompanhamento do TCU é que "o auxílio emergencial foi tempestivo e alcançou os trabalhadores sem renda formal, porém, com um alto

índice de pagamentos indevidos que resultaram em gasto de recursos públicos acima do necessário."

Para o ministro do TCU Bruno Dantas, que apresentou o relatório, a prorrogação do auxílio emergencial é necessária porque os motivos que deram origem à medida no ano passado não cessaram. Ao contrário, há um recrudescimento da pandemia do novo coronavírus, com taxas máximas de ocupação nos leitos hospitalares em diversos estados, que precisam reto-

mar as medidas de isolamento social para conter a doença, o que agrava as condições econômicas e o desemprego.

CRUZAMENTO DE DADOS

O órgão defende, porém, medidas para diminuir o risco de fraudes. O TCU é taxativo: a autodeclaração de renda e de composição familiar, usada para formar o cadastro dos beneficiários, é um instrumento frágil. Entre outras recomendações estão a inclusão do limite de patrimônio nos re-

quisitos para obter os repasses e o cruzamento de dados de órgãos públicos.

De acordo com informações que já haviam sido divulgadas pelo TCU, o governo gastou R\$ 54,6 bilhões com pagamentos indevidos do auxílio em 2020 —o suficiente para bancar três parcelas do benefício, de R\$ 300, para 60 milhões de pessoas. O total poderia ser maior: a Corte estima que R\$ 8,8 bilhões em repasses foram prevenidos pela ação de órgãos de controle.

Governadores do Nordeste criticam PEC Emergencial

BRASÍLIA

O Fórum de Governadores do Nordeste se manifestou ontem em nota contra a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial, por causa da previsão de acabar com os pisos constitucionais para os gastos com saúde e educação.

O grupo afirmou que, no momento em que o país vive o agravamento da crise sanitária da pandemia, “não cabe ao Parlamento protagonizar um processo desconstituente dos direitos sociais, sob o pretexto de viabilizar o retorno do auxílio emergencial”.

Na avaliação de especialistas em financiamentos nas duas áreas, a aprovação da PEC Emergencial tal como está pode inviabilizar o SUS e derrubar a qualidade do ensino público.

Nos bastidores, cresce no Congresso a chance de fatar a PEC. Seria aprovada apenas a parte que autoriza o pagamento do auxílio emergencial. As propostas de ajuste ficariam para depois.

Também ontem, o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP) afirmou que a PEC Emergencial só será votada se o trecho sobre o fim da desvinculação dos gastos com saúde e educação for retirado. Ele vê evolução nas negociações, mas não acredita que o texto será votado hoje, como previsto originalmente. *(Julia Lindner, Paulo Cappelli e Manoel Ventura)*

Economia já admite recuo sobre piso na educação

BRASÍLIA

A equipe econômica já admite, nos bastidores, abrir mão do trecho da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial que prevê o fim do piso para gastos com saúde e educação, a fim de tentar destravar a tramitação da medida no Senado.

O texto autoriza a liberação de uma nova rodada do auxílio emergencial. Como contrapartida, prevê uma revisão de regras fiscais para facilitar o ajuste das contas públicas.

O relator da PEC, senador Marcio Bittar (MDB-AC), incluiu na redação o fim de dispositivos constitucionais que obrigam União, estados e municípios a reservarem percentuais mínimos da receita para as áreas de saúde e educação. Originalmente, o texto unificava esses percentuais.

A proposta, no entanto, causou reação de parlamentares e segmentos da sociedade, preocupados com os investimentos nessas áreas. Isso levantou dúvidas sobre a possibilidade de votar a proposta hoje, como inicialmente previsto.

Por isso, integrantes do time do ministro da Economia, Paulo Guedes, já falam em ceder nesse trecho, para que o Senado ao menos comece a analisar a PEC ainda hoje.

A retirada desse trecho, porém, pode afetar o valor e a abrangência do auxílio.

Embora o recuo seja uma derrota para Guedes, o impacto seria menor do que o fatiamento da PEC. *(Geraldina Doca)*